

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

JOSÉ CÉSAR PONTES MOREIRA

**O CAPITAL SOCIAL COMO UM DOS FATORES DE SUSTENTABILIDADE DE
COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS, ESTUDO DE CASO.**

FORTALEZA-CE

2008

JOSÉ CÉSAR PONTES MOREIRA

**O CAPITAL SOCIAL COMO UM DOS FATORES DE SUSTENTABILIDADE DE
COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS, ESTUDO DE CASO.**

Dissertação submetida à Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Economia Rural do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção e legitimação do título de Mestre.

Orientador : Ruben Dario Mayorga Mera

FORTALEZA-CE

2008

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural, como parte dos requisitos necessários à obtenção do Grau de Mestre em Economia Rural, outorgado pela Universidade Federal do Ceará. A citação de qualquer trecho desta dissertação é permitida, desde que seja citada a fonte.

Dissertação aprovada em: 19/05/2008.

Prof. Ph.D. Ruben Dario Mayorga Mera
Orientador

Prof. Ph.D. Ahmad Saeed Khan

Profa. Ph.D. Maria Irles Oliveira Mayorga

Dr. Adriano Sarquis Bezerra de Menezes
Banco do Nordeste

A Deus, por ter proporcionado SEMPRE os recursos e força para vencer os inúmeros contratempos do caminho.

Aos meus filhos, Caio e João Victor, que, por muitas vezes privei de minha presença.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me iluminou; que, em meio às tempestades e às mais diversas adversidades, foi fonte de força e sabedoria nestes momentos difíceis.

À Universidade Federal do Ceará, particularmente ao Departamento de Economia Agrícola, pela oportunidade de cursar este mestrado e realizar este trabalho; e, como economista desta instituição, agradeço a todos que fazem parte da Pró-Reitoria de Extensão.

À FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico, pelo apoio financeiro.

Ao Prof. Ruben Dario Mayorga Mera, que, com sua sabedoria e paciência, orientou-me.

À Profa. Irlés Mayorga, por suas valiosas sugestões e orientação.

À Profa. Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, por sua compreensão e orientação em vários momentos.

Ao Prof. Ahmad Saeed Khan, por suas orientações.

Ao Prof.Dr. Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, que, mesmo com várias atividades e compromissos profissionais, aceitou o convite para fazer parte da banca examinadora, agradeço suas sugestões, críticas e atenção dispensada.

Ao Prof. Henry de Holanda Campos, Pró-Reitor de Extensão da UFC.

Ao Prof. Salvador da Rocha, Coordenador da Coordenadoria do Campus do Pici da Pró-Reitoria de Extensão, que mostrou consideração nos momentos difíceis.

Ao Prof. Osmar de Sá Ponte, Coordenador da Coordenadoria de Integração Universidade-Setor Produtivo da Pró-Reitoria de Extensão, e profundo conhecedor da realidade das cooperativas cearenses, por sua orientação e sugestões valiosas neste trabalho.

Ao senhor Nicélio, presidente do conselho administrativo do sistema OCB-SESCOOP/CE, que contribuiu de modo decisivo para a realização desta pesquisa, orientando e fornecendo dados, informações sobre as cooperativas agroindustriais cearenses e ainda articulando com as cooperativas de Cedro e de Morada Nova para que o êxito deste trabalho fosse alcançado.

À senhora Socorro, presidente da COCEDRO, por sua gentileza e atenção nos vários momentos em que a procurei para conseguir informações.

Ao Carlos Roberto, presidente da COPEMOVA, que dispensou tratamento e consideração dignos de amizade.

Aos demais professores do Mestrado em Economia Rural, por seus ensinamentos.

Aos funcionários do Departamento de Economia Agrícola, sempre atenciosos.

A todos os meus colegas do Curso de Mestrado em Economia Agrícola.

Aos meus pais e irmãos, pelo longo tempo ausente de seu convívio, e, apoio nos momentos decisivos.

Enfim a todas as pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, tenham contribuído para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE FIGURAS DO ANEXO

LISTA DE TABELAS DO ANEXO

	Página
1. INTRODUÇÃO	13
1.1 Definição do Problema.....	15
1.2 Hipótese Básica.....	16
1.3 Objetivos.....	17
1.3.1 Objetivo Geral.....	17
1.3.2 Objetivos Específicos.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Capital Social.....	18
2.1.1 Surgimento e Definição.....	18
2.1.2 Principais Aspectos e Características.....	23
2.1.3 Capital Social e Confiança.....	26
2.1.4 Capital Social e Capital Humano.....	31
2.1.5 Capital Social e Estado.....	32
2.1.6 Capital Social e Cooperativismo.....	35
2.2 Cooperativas.....	37
2.2.1 A Importância das Cooperativas Agroindustriais.....	40
3. MATERIAL e MÉTODOS	44
3.1 Objeto de Estudo.....	44
3.1.1 Histórico das Cooperativas Estudadas.....	45
3.1.2 Justificativa do Objeto de Estudo.....	48
3.2 Fonte de Dados.....	49
3.3 Métodos.....	49
3.4 Técnicas de Pesquisa.....	49

3.5 Variáveis e Índices a Serem Elaborados e Analisados.....	51
3.6 Tamanho da Amostra.....	53
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	56
4.1 Índice de Capital Social.....	56
4.2 Indicador de Qualidade de Vida.....	61
4.3 Indicador de Satisfação do Cooperado.....	65
5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES.....	77
6. BIBLIOGRAFIA.....	79
6.1 Referências Bibliográficas.....	79
6.2 Bibliografia Complementar	82
APÊNDICES	85
- APÊNDICE A. Questionário Integrado – Para Medir o Capital Social.....	86
-APÊNDICE B. Questionário – Qualidade de Vida e Satisfação do Cooperado.....	98
ANEXOS	102
-ANEXO 1.....	103
-ANEXO 2.....	104
-ANEXO 3.	105
-ANEXO 4.....	105
-ANEXO 5.....	108
-ANEXO 6.....	109
-ANEXO 7.....	109

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Funil de confiança. Base Menor.....	28
Figura 2. Funil de confiança. Base Maior.....	29
Figura 3. Localização do município Morada Nova.....	44
Figura 4. Localização do município Cedro.....	44
Figura 5.E1.....	69
Figura 6.E2.....	70
Figura 7.E3.....	71
Figura 8. Instrumentos para elaboração de testes de qualidade do leite.....	73
Figura 9. Atendimento ao associado.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Simulação de cooperação e não-cooperação.....	27
Tabela 2 – Nível percentual de confiança nos países/1997.....	30
Tabela 3 – Nível percentual de confiança no Brasil.....	30
Tabela 4 – Cooperativas por região dez/2006.....	42
Tabela 5 – Número de cooperativismo por ramo de atividade – dez/2006.....	42
Tabela 6 – Tamanho da amostra.....	55
Tabela 7 – Índice de capital social da COOPEMOVA.....	56
Tabela 8 – Índice de capital social da COCEDRO.....	58
Tabela 9 – ICS das cooperativas: COCEDRO e COOPEMOVA.....	59
Tabela 10 – Teste de médias dos componentes do ICS.....	60
Tabela 11 – Indicador de qualidade de vida.....	61
Tabela 12 – Relação entre IDH-M e presença de cooperativa.....	62
Tabela 13 – Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) 2000.....	63
Tabela 14 – Qualidade de vida dos cooperados	64
Tabela 15 – Indicador de satisfação do cooperado.....	66
Tabela 16 – Satisfação do cooperado com o desempenho da cooperativa.....	67
Tabela 17 – Teste de médias – IQV e IDC.....	68

LISTA DE FIGURAS DO ANEXO

Figura 10. Mapa territorial do município de Cedro.....	103
Figura 11. Mapa territorial do município de Morada Nova.....	104
Figura 12. Sede da COOPEMOVA.....	105
Figura 13. Funcionamento da loja COOPEMOVA.....	106
Figura 14. Trator da COOPEMOVA em serviço.....	106
Figura 15. Loja COOPEMOVA.....	106
Figura 16. Recebimento de produtos.....	107
Figura 17. Estoque de produtos.....	107
Figura 18. Sede da COCEDRO.....	108
Figura 19. Prédio da COCEDRO no centro do município.....	108

LISTA DE TABELAS DO ANEXO

Tabela 18 – Pesos dos componentes do ICS.....	109
---	-----

RESUMO

O presente trabalho relaciona a presença de capital social como recurso para a sustentabilidade de cooperativas agroindustriais, com foco principal no Estado do Ceará. Verificando a forma como o capital social, tendo como fontes a confiança, o associativismo, a cooperação, a participação e a ação coletiva, contribui no desempenho das cooperativas analisadas. Utilizou-se o estudo de caso de duas cooperativas agroindustriais: COOPEMOVA e COCEDRO. Calculou-se o índice de capital social de cada cooperativa, sendo que os dados foram conseguidos mediante a observação na ambiência das cooperativas e de aplicação de dois questionários. Elaborou-se então uma análise sobre a satisfação dos cooperados com o desempenho de sua cooperativa e qualidade de vida dos mesmos. Verificou-se neste trabalho, como era de se esperar, que a COOPEMOVA, dotada de maior nível de capital social, foi também a que revelou mais satisfação e qualidade de vida dos cooperados. Inversamente, constatou-se que a COCEDRO possui um menor nível de capital social e de satisfação dos cooperados. Esses resultados corroboraram a proposição de que o capital social é fundamental para a manutenção de cooperativas agroindustriais. Percebeu-se em fim que a simples existência de capital social não resolve todos os problemas. Porém o seu direcionamento à ação e combinado com outros recursos pode contribuir em muito para o êxito produtivo e social das cooperativas agroindustriais, o que gera um desenvolvimento econômico sustentável para o estado ou região.

Palavras-chave: Cooperativas agroindustriais; Capital social; COOPEMOVA E COCEDRO; Estado do Ceará.

ABSTRACT

The present work relates the presence of social capital as resource for the sustainability of agro-industrial cooperatives, with main focus in the state of Ceará. It is verified the way the social capital, having as sources the confidence, associativism, cooperation, participation, and collective action, contributes with the performance of the analyzed co-operatives. It was used the case study of two agro-industrial cooperatives: COOPEMOVA and COCEDRO. Then it was estimated the social capital index of each cooperative and the data were gathered through observation in the ambience of the cooperatives and the application of two questionnaires. It was so worked out an analysis of the cooperates' satisfaction taking into account the performance of their cooperative as well as the cooperates' quality of life. We made sure in this work, just as we hoped for, that the COOPEMOVA, which holds the highest level of social capital, was also the one which showed the highest level of satisfaction and life quality of the cooperates. On the other hand, it was concluded that the COCEDRO holds a lower level of social capital and satisfaction of the cooperates. Such results corroborate the proposition that the social capital is fundamental for the maintenance of agro-industrial cooperatives. It was noticed, after all, that a simple existence of the social capital doesn't solve all the problems. Nevertheless, its directioning towards action and combining with other resources may contribute, a great deal, with the productive and social outcome of agro industrial cooperatives, which generates a sustainable economical development for the state or region.

Key-words: Agro-industrial Cooperatives; Social capital; COOPEMOVA and COCEDRO; State of Ceará.

CAPÍTULO I

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem renda *per capita* de R\$ 12.436,75 ao ano¹ e é a nona potência mundial². No entanto, continua apresentando uma elevada concentração de renda, com o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (2005) igual a 0,801, ocupando a 70ª posição mundial³, percebe-se mesmo assim que as disparidades regionais históricas continuam. As regiões Sul e Sudeste apresentam maior desenvolvimento e acumulação de capital. As regiões Norte e Nordeste, com exceção de algumas ilhas de prosperidade, ainda buscam sair da pobreza.

Não há um plano de desenvolvimento econômico e social de longo prazo para o Brasil que permita reduzir as diferenças regionais e as desigualdades sociais. De forma incipiente tem surgido um novo movimento que é o da “inclusão produtiva”, que, no meio rural, busca fortalecer a agricultura familiar e promover a criação de associações e cooperativas visando à inclusão de famílias pobres. Esse movimento parte de uma visão “solidária”, baseada no cooperativismo e no associativismo.

Referente a esse tema, Sen (1999), prêmio Nobel de economia, enfatiza que para alcançar o desenvolvimento é mister que aumentem as liberdades e as oportunidades econômicas, reduzindo a pobreza, isso significa a implementação de políticas de inclusão produtiva social, como o apoio à criação de cooperativas como uma opção para melhorar a renda. A inclusão social pode ser realizada via políticas compensatórias que objetivam a entrada de pessoas no mercado através de uma disponibilidade de renda (social) que permita, pelo menos, o acesso a alimentos, escola, saúde, seguridade social e outros direitos. Já a “inclusão produtiva social” diz respeito à capacitação e apropriação de meios produtivos por parte de uma classe social que se encontra na informalidade, na desqualificação técnico-profissional e excluída da apropriação de máquinas e equipamentos para produção de serviços ou produtos.

A criação de cooperativas é uma das estratégias na busca de melhoria da vida do agricultor, e numa visão mais ampla, é um meio alternativo de desenvolvimento para o Brasil. Nessa dinâmica, o desenvolvimento requer esforço para a diminuição das desigualdades sociais

¹ Segundo o IBGE, dados das contas nacionais, ano 2006.

² Fonte: FMI. Disponível: www.fmi.org - Acessado em: 08/08/07.

³ Fonte: www.frigoletto.com.br/GeoEcon/idh2005.htm. Acessado em 16/02/08.

buscando a redução da pobreza e da precariedade das condições de vida do homem. Isso significa a promoção do desenvolvimento com inclusão social produtiva, redução do nível de desemprego e melhoria na renda da população.

Com certo pragmatismo econômico, a criação e consolidação de cooperativas consistem em fomentar um sistema que ajude a dinamizar as capacidades sociais e produtivas das comunidades, buscando induzir um processo de desenvolvimento. Um dos aspectos fundamentais da inclusão social e produtiva é o fortalecimento e utilização do capital social existente nas cooperativas rurais, buscando organização e iniciativas de produção local, reduzindo a vulnerabilidade do homem do campo às secas periódicas e à falta de recursos tecnológicos, potencializando a capacidade de ação coletiva produtiva e de autogestão econômica e social. O foco das cooperativas, principalmente no que diz respeito ao envolvimento de pequenos e médios produtores rurais, é o fortalecimento da organização social das comunidades e a melhoria da qualidade de vida, aumento da renda e ganho de sinergia produtiva, isto é, expansão da produção agropecuária.

Nesse contexto, o capital social é um conceito em evidência, com força na literatura e nos programas econômicos de desenvolvimento, surgindo o paradigma “novo” (ou esquecido) de que a economia como um todo possui recursos limitados e a humanidade necessita de desenvolvimento social, pois não há como crescer sem levar em conta as diferenças econômicas entre países, regiões e comunidades. Com isso, as recentes pesquisas e seus resultados indicam a importância do capital social como fator de crescimento e desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

O capital social pode ser considerado como um fator essencial para o crescimento econômico das associações cooperativas, principalmente na região Nordeste, onde o capital físico é muito concentrado socialmente e o capital humano está num processo incipiente de democratização, isto é, as pessoas de classes sociais pobres estão com maior oportunidade de estudo, e o capital natural necessita de outras formas de capital para poder ter uma exploração produtiva mais eficiente e ecologicamente sustentável.

O presente trabalho está organizado da seguinte maneira: o primeiro capítulo trata da introdução, definição do problema, hipóteses e objetivos; o segundo capítulo trata da discussão conceitual do capital social, seus aspectos e características; isto é, a apresentação do referencial teórico; o terceiro capítulo aborda os métodos e técnicas utilizadas para tratamento dos dados e

informações colhidas; o quarto apresenta os resultados e suas implicações; e, por último, expõe-se a conclusão, isto é, o que podemos deduzir a partir deste estudo de caso, analisando e sugerindo estratégias alternativas.

1.1 Definição do Problema

A literatura indica que as comunidades e cooperativas que possuem um maior acúmulo de capital social obtêm maior capacidade de enfrentamento de problemas individuais e coletivos, ou seja, aumentam consideravelmente as chances de melhorar a vida dos indivíduos que a elas pertencem. Veja-se, como exemplo, a diferença entre as regiões Sul, Sudeste e a região Nordeste.

As regiões Sul e Sudeste detêm aproximadamente 58% das cooperativas brasileiras, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). O restante, 42%, encontram-se nas demais regiões. Ainda a região Sudeste detém o maior número de cooperativas, 39% do total, e é a primeira no *ranking* em número de associados, 55%. A região Nordeste está posicionada em segundo lugar em número de cooperativas. O número, porém, de associados corresponde apenas 6% do total. Isso apresenta, na referida região, um percentual significativo de cooperativas e um percentual pouco expressivo de associados. Isso pode indicar que um dos elementos importantes do cooperativismo, a existência de capital social, aqui considerado como a capacidade de se associar para obter ganhos individuais e coletivos, é pouco representativo na região Nordeste. Quanto à educação, uma das fontes de conscientização de participação cívica, apresenta também uma diferença. As regiões Sudeste e Sul mostram maiores percentuais de jovens de 0 a 17 anos que freqüentam escola ou creche⁴, respectivamente, 77% e 75%; em terceiro lugar vem o Nordeste com 73%; em seguida o Centro-Oeste com 70%, e, finalmente, a região Norte com 67%.

Na região Nordeste⁵, o funcionamento das pequenas e médias cooperativas têm sido precário, seja devido ao reduzido estoque ou pouca utilização do capital social existente, cujas fontes são a confiança, a solidariedade, a cooperação e a ação coletiva fatores, a nosso entender, determinantes da *performance* das cooperativas. O anterior justifica o presente estudo que busca

⁴ Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Disponível: www.ibge.gov.br. Acessado em: 21.08.07.

⁵ Segundo declaração do Sr. Nicélio, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras-OCB/CE.

analisar o papel do capital social como fator de sucesso ou insucesso dessas entidades tão importantes para o desenvolvimento regional.

A reduzida dotação de capital social nas cooperativas agroindustriais dos estados da região Nordeste, e especificamente do Estado do Ceará, pode ser explicada, pelo menos em parte, pela falta de participação dos agricultores que dificulta o acesso aos recursos governamentais, tecnológicos e à melhoria de vida dos cooperados, impossibilitando com isso, a inclusão produtiva dos agricultores.

1.2 Hipótese Básica

O sucesso ou insucesso das cooperativas – COPEMOVA e COCEDRO deve-se ao estoque de capital social existente e sua utilização, promovido pela efetiva participação e cooperação de seus membros.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Verificar e analisar de que maneira o capital social, tendo como fontes a confiança, o associativismo, a cooperação, a participação, a ação coletiva e a reciprocidade de favores contribui no desempenho das cooperativas estudadas.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Estimar e comparar o índice de capital social de cada cooperativa.
- Comparar a satisfação dos cooperados com o desempenho da cooperativa.
- Comparar a qualidade de vida dos cooperados das cooperativas.
- Verificar as relações sociais, comerciais e políticas que contribuem para o desenvolvimento das cooperativas.
- Verificar de que maneira a gestão da informação e a ação coletiva incidem no desempenho das cooperativas.
- Identificar a existência de planejamento estratégico de longo prazo no que diz respeito à diversificação dos negócios nas cooperativas.
- Determinar a relação entre a existência de cooperativas e o comportamento do Índice de desenvolvimento humano municipal.

CAPÍTULO II

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Capital Social

2.1.1 Surgimento e Definição

O conceito de capital social, segundo Woolcock, M. & Narayan, D. (2000) surgiu com Hanifan, em 1916, que o definiu como:

“Esas sustancias tangibles (que) cuentan para la mayoría en las vidas diarias de la gente; denominadas buena voluntad, compañerismo, simpatía y relaciones sociales entre los individuos u las familias que integran una unidad social. Si (um individuo entra) em contacto com su vecino y ellos com otros vecinos, habrá una acumulación de capital social, que puede satisfacer inmediatamente sus necesidades sociales y que puede tener una potencialidad suficiente para la mejora sustancial de las condiciones de vida em toda la comunidad”. (p.4)

Chama atenção a classificação de capital social como um bem tangível, pois constituído por elementos tangíveis como as associações e cooperativas, por parte de Hanifan, porém os autores atuais o classificam como um bem intangível, devido a sua formação ser composta por variáveis intangíveis, como, por exemplo: a confiança, a cooperação e a solidariedade. Sendo assim, o conceito de capital social assume maior relevância no ambiente produtivo e social. Na academia, os trabalhos de Coleman (1988), na área de sociologia, e de Robert Putnam (1996), na área de ciências políticas, deram um impulso nas pesquisas sobre esse “novo” paradigma. Coleman (*op. cit.*) define capital social como sendo um conjunto de aspectos da estrutura social que facilitam certas ações comuns dos agentes dentro de uma estrutura. A ausência de capital social impossibilita certas ações e o alcance de objetivos que seriam acessíveis com a sua presença. Já Putnam (*op. cit.*) apresenta o capital social como um conjunto de aspectos das organizações sociais, tais como: redes de relacionamento, normas e confiança que permitem a ação e a cooperação para o benefício mútuo. A confiança mútua entre os indivíduos é um pré-requisito para a existência e a formação de capital social. Como as cooperativas se

encaixam nessa definição, adotar-se-á o conceito apresentado por Putnam como pano de fundo para o desenvolvimento do presente trabalho.

De acordo com Putnam (1996), o capital social capacita as pessoas a realizarem determinados projetos que sozinhas não conseguiriam. Agir em conjunto torna os objetivos mais palpáveis e aumenta a probabilidade de sucesso nas atividades econômicas.

Fukuyama (1999) conceitua capital social como uma maneira, com base em normas informais, de promover a cooperação entre dois ou mais indivíduos.

Para Pierre Bourdieu (1980), um dos grandes estudiosos do tema, o capital social é o conjunto de relações e redes de ajuda mútua que podem ser mobilizadas para beneficiar o indivíduo ou/e sua classe social. O capital social é de propriedade do indivíduo e de um grupo. O detentor de capital social possui maiores chances de êxito na competição social. Assim, o capital é visto como um instrumento estratégico para que os atores racionais consigam manter ou conquistar uma melhor posição na sociedade.

Franco (2001) apresenta o conceito de capital social como a capacidade das pessoas de uma dada sociedade de subordinar interesses individuais aos de grupos; de trabalhar cooperativamente visando a objetivos comuns ou ao benefício mútuo; de se associarem umas às outras e compartilharem princípios e normas tanto para a formação de grupos e organizações estáveis, quanto para constituírem e compartilharem a gestão.

Para reforçar a relevância do civismo e das relações sociais no processo de desenvolvimento, elementos que formam o capital social, Putnam (1996) utiliza a evolução de duas regiões italianas: Emila-romagna (região próspera), ao norte, e a Calábria (região atrasada), ao sul. Ambas, nos primeiros anos do século XX, tinham padrões de desenvolvimento muito semelhantes. Nas oito décadas posteriores, criou-se uma desigualdade bastante acentuada entre estas regiões, tornando-se a Emila-romagna, de grande participação política e solidariedade social, uma das mais prósperas regiões da Europa; e a Calábria, com características feudais, fragmentada e isolada, a região mais atrasada da Itália. O referido autor concluiu que o capital social revelou ser um poderoso determinante das disparidades de desenvolvimento socioeconômico encontradas atualmente entre as duas regiões. Nessa visão, o desenvolvimento local depende principalmente de decisões tomadas internamente, um processo que vem de dentro para fora, onde as pessoas acreditam em si mesmas e nas outras, organizam-se e cooperam visando benefícios comuns.

Para Khan & Silva (2005), o desenvolvimento econômico gera melhoria da qualidade de vida para dar sustentabilidade a esse processo de desenvolvimento, e isso sugere o aumento do capital social na sociedade, para que os resultados sejam satisfatórios, principalmente nas regiões carentes do Nordeste. Destaca-se o capital social como um novo elemento que procura fortalecer a capacidade de ação dos pobres para melhorar a situação na qual se encontram através da associação (cooperativas) e do desenvolvimento mútuo da confiança.

Mayorga, F. (2002, p.56) se refere ao capital social como algo intangível, mas que pode ser medido, indiretamente, através da interação existente nos sistemas de participação cívica que são uma forma essencialmente de capital social, como associações comunitárias, cooperativas, sindicatos, clubes desportivos e grupos de jovens, entre outros. Esse ponto de vista também é apresentado também pelos economistas do Banco Mundial que vêem no capital social uma alternativa que os pobres têm de melhorar a sua qualidade de vida, mediante a construção de redes sociais dinâmicas visando o bem comum.

Dentro dessa visão, o Banco Mundial recomenda que os programas de desenvolvimento econômico, principalmente nos países emergentes, levem em conta a existência de capital social como fator relevante para o êxito dos programas e projetos. Para o Banco Mundial (1998), o capital social é o conjunto de instituições, relações e normas sociais que promovem a qualidade e quantidade de interações sociais. Com essa visão, o Banco Mundial ensina, através de seus técnicos e de suas orientações que a participação da comunidade na formulação, implementação e continuidade desses projetos é crucial para que tenham maior eficiência e eficácia.

Rattner (2007) lembra que, apesar do empenho do Banco Mundial para financiar e apoiar projetos de desenvolvimento social, os resultados são pouco expressivos. Para ele o processo de acumulação de capital social se dá de forma automática, causando externalidades positivas e negativas, como a criminalidade e a violência que fazem vítimas em todas as classes sociais. Para ele, o conceito de capital social vem ganhando espaço de modo crescente nos debates acerca de desenvolvimento sustentável, o que é bom, pois nesse paradigma o ser humano é visto como ator social e não como um número nas estatísticas de políticas sociais.

Nessa discussão de desenvolvimento regional e local, o capital social se mostra fundamental dentro de todo o desenvolvimento da teoria de desenvolvimento endógeno. Sem uma rede de cooperação, de confiança, de ações coletivas e busca de objetivos comuns traçados

estrategicamente, pode-se tornar intransponíveis certos problemas burocráticos, comerciais, produtivos e de custos. A teoria do desenvolvimento endógeno, que teve sua gênese na década de 70, fundamenta-se no crescimento de dentro para fora, isto é, num processo endógeno de aumento da capacidade de agregação e expansão da produção. A comercialização envolve o mercado local, numa primeira etapa, depois o regional e o nacional, podendo chegar ao internacional. A lógica da teoria é a retenção do excedente econômico no sistema produtivo local, regional e nacional. De forma proporcional, as atividades produtivas, assim funcionando, os resultados serão o aumento da renda, do emprego e da produção do município ou região no qual se originou o sistema (AMARAL, 1996). Assim, o desenvolvimento local extravasa o local limitado por espaços geográficos, constituindo pensar a endogenia (a dinâmica e as potencialidades locais próprias), levando em conta os atores sociais, econômicos e políticos.

Na década de 90, o principal ponto abordado pela teoria do desenvolvimento endógeno esteve direcionado em tentar entender o nível de crescimento variava entre as diversas regiões (e nações), mesmo dispondo elas das mesmas condições estruturais de produção. Nessa tentativa, a teoria endogenista identificou que os fatores de produção fundamentais, como o capital humano, o capital social, a pesquisa e o desenvolvimento, o fluxo de informações e as instituições são determinados dentro da região e não de forma exógena. Concluiu-se que a região ou o local dotados destes fatores ou que procurem desenvolvê-los internamente podem obter melhores condições de atingir um desenvolvimento sustentável.

Na visão de Sérgio Boisier (1997), a sociedade civil, através da solidariedade, da integração social e do engajamento cívico, pode proporcionar uma transformação socioeconômica em um local ou região. Além dos fatores econômicos, os institucionais e os sociais são responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento de uma região. Isso significa que o sucesso dos empreendimentos de ação coletiva local depende da capacidade de interação e mobilização dos recursos do Poder (administrativo e legislativo local). Nesse contexto, Schumpeter (1988) destaca justamente que as forças que estão ao alcance de todos, combinadas com os fatores materiais, resultam em produção e, por conseqüência, em desenvolvimento. Para o referido economista, o “desenvolvimento” seria aquele advindo do surgimento de dentro e por iniciativa da sociedade, e não imposto de fora. Nesse sentido, Grootaert (1988 *apud* JARA, 1999) apresenta o capital social como fator que permite o desenvolvimento potencial local; e, Celso Furtado (1982 *apud* BOISIER, 2003, p.1) afirma que a experiência tem demonstrado amplamente

que o verdadeiro desenvolvimento é, principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de avanço da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade, reforçando a idéia sobredita de Schumpeter e Boisier.

Se o processo de desenvolvimento, em parte, é oriundo da estrutura social, uma atitude pró-ativa dos atores sociais é importante para que ele aconteça. Segundo Abramovay (1998) os atores sociais são importantes para o surgimento e fortalecimento da capacidade inovadora e proposta socioeconômica visando melhorias na qualidade de vida da população.

Vistas essas considerações sobre o desenvolvimento, cabe salientar que o capital social não é simplesmente uma nova moda para falar sobre organizações sociais. É um conceito composto pelas interações das pessoas e grupos sociais cujos interesses comuns podem não ser imediatamente reconhecidos. Nesse contexto, a economia vem tomar da sociologia a idéia de capital social para fazer um contraponto de que o mercado é constituído por pessoas independentes umas das outras e que as forças de mercado levam ao equilíbrio.

Colaborando para o paradigma do capital social e fazendo uma crítica à teoria neoclássica, Sen (1999) argumenta que a economia pode tornar-se mais produtiva se der mais atenção às considerações éticas que moldam o comportamento e o juízo humano. No dizer de Sen (1991):

“Os membros de cada grupo podem ter interesses que são em parte convergentes e em parte conflitantes. As ações baseadas na lealdade ao grupo podem implicar, em alguns aspectos, num sacrifício de interesses puramente pessoais, assim como podem também facilitar em outros aspectos, maior realização do auto-interesse”. (p.36)

Nisso vem à tona a questão colocada por Sócrates: Como devemos viver? Segundo Letiche, no prefácio da obra de Sen (1999), este observa que não há provas que corroborem a versão de que a maximização do auto-interesse é o que melhor reflete o comportamento humano real nem de que ela conduz necessariamente a condições econômicas ótimas. Nessa mesma análise prefacial da literatura de Sen, o Japão é visto como uma economia que obtém eficiência econômica do indivíduo e do grupo com base no seguimento de regras como: a lealdade, o dever e a boa vontade onde há certo afastamento do comportamento auto-interessado.

Considerando a discussão anterior acerca do comportamento cooperativo, percebe-se que o indivíduo só participa motivado por interesses de curto, médio ou longo prazo sejam altruístas ou centrados em si próprios. Pode haver no caso uma relação entre a participação do associado de uma cooperativa e o custo oportunidade do tempo dedicado ao trabalho. Se o

associado da cooperativa tem muito trabalho na sua propriedade rural, ele dispensará pouco tempo para reuniões na cooperativa. Geralmente essas reuniões “demoram”, tornando elevado o custo do tempo. Para este associado é preferível delegar a fiscalização e todo o acompanhamento da gestão cooperativa. No entanto, se um grande número de associados estiver ocupado em suas atividades produtivas de forma similar ao primeiro, o custo oportunidade dos associados no envolvimento da gestão da cooperativa será elevado. É possível que a diretoria e o presidente tenham menor “zelo” na transparência das informações gerenciais e financeiras por conta da baixa participação dos associados. O raciocínio é inverso: uma elevada participação dos associados na gestão da cooperativa pode ser um prenúncio de que os negócios não estão indo bem e que por esse motivo os associados dispõem de mais tempo para acompanhar e agir, de forma coletiva, com o objetivo de melhorar a produção individual.

Bialoskorski Neto (2007) corrobora⁶ com a lógica anterior da relação do custo oportunidade entre participação na estrutura administrativa e tempo para o trabalho ao argumentar que a participação dos associados gera transparência administrativa das cooperativas, e que, quanto melhor o desempenho econômico das cooperativas, menor é a participação dos associados.

Com base no conceito de Putnam (1996), pode-se definir o capital social aplicado às cooperativas como a capacidade de ação conjunta e integrada dos cooperados visando interesses coletivos, motivado, porém por interesses específicos. Seus requisitos básicos são: a sociabilidade, a confiança, a ética, a solidariedade e a ação coletiva.

2.1.2 Principais Aspectos e Características

O capital social se expande à medida que é usado, não se deprecia, é um bem intangível, público, não é homogêneo e pode-se manifestar de várias formas dependendo da região considerada e das normas, cultura e governo de cada região. Outro aspecto relevante é que o estoque de capital social numa determinada região, comunidade ou cooperativa não é estático. Daí a necessidade de se monitorarem, sistematicamente, os índices de capital social e os recursos sociais que o constituem, de modo que se cultivem esses recursos na estrutura organizacional da cooperativa ou comunidade. Como vimos, o capital social envolve recursos dos quais o(s)

⁶ Com base em suas pesquisa com 16 cooperativas singulares no Estado do Paraná.

indivíduo(s) pode(m) se apoderar à medida que se engaja(m) com outras pessoas em associações. Daí vem a denominação “social” porque a pessoa tem de se agrupar para obtê-lo, é público. Contrariamente ao capital físico e humano, que estes são propriedade dos indivíduos. Segundo A.Hirschman (1986 *apud* RATTENER, 2007, p.2), o capital social pode ser reduzido ou destruído, embora não se deprecie, causando um enfraquecimento dos mais pobres e dos desempregados.

Referente à depreciação do capital social, Monastério (1999) coloca-se de forma diferente, argüindo que o capital social deprecia com a falta de uso. Como exemplo para facilitar tal compreensão, faz-se uma analogia entre o capital financeiro e o social. Se o indivíduo deixar o dinheiro guardado em casa, estará depreciando o valor de seu dinheiro, pois poderia estar sendo aplicado no mercado (em uso), rendendo juros e ganhos monetários. O capital social aplicado num ambiente produtivo, tipo uma cooperativa, onde esteja sendo utilizado, valorizar-se-á, e, conseqüentemente, haverá um aumento de estoque na cooperativa. Caso não seja utilizado, perderá valor não haverá utilidade nem produção decorrente de sua presença, sem sinergia de ações, ocorrerá uma depreciação do capital social por falta de uso, reforçando a idéia colocada por Monastério logo acima.

Na literatura americana se preconiza que a criação de capital social pode ser replicada. Isso significa que não é necessariamente preciso que se tenha laço familiar e de amizade nesse processo. Para Maciel (2003) não há diferença entre capital social intencional e espontâneo. Isso significa que o importante é a sua presença.

Com relação à gênese do capital social e do comportamento cooperativo, as pessoas parecem despertar um espírito cooperativo em tempos de crises, épocas de guerra, desemprego elevado, desequilíbrio econômico e social acentuado. Esse tem sido um aspecto observado no surgimento de movimentos cooperativos, como foi a criação da cooperativa de Rochdale, na época de crise social advinda da Revolução Industrial. Recentemente, tem-se o caso da Economia Solidária, devido à elevada taxa de desemprego mundial, precarização das condições sociais de trabalho e violência social (CATALISA, 2007).

A partir desses trabalhos citados acima, vêm surgindo várias versões e aplicações do capital social, o desafio dos pesquisadores é tentar medi-lo para estabelecer relações com as outras formas de capital para fins práticos. Segundo Rattner (2003) os economistas do Banco Mundial distinguem quatro formas de capital, quais sejam: capital físico – constituído por

tecnologia, equipamentos e o sistema financeiro; capital natural – diz respeito à dotação dos recursos naturais de cada país, região e local; capital humano – refere-se aos níveis existentes de educação e saúde; e capital social – inovador nas análises e no planejamento de estratégias de desenvolvimento.

O capital social é um dos fatores essenciais para o crescimento econômico de uma associação cooperativa, como é o caso da região Nordeste, onde o capital físico é muito concentrado, socialmente, e o capital humano⁷ está num processo de democratização⁸, isto é, as pessoas de classes sociais desfavorecidas estão tendo maior oportunidade de estudo. O capital natural necessita de outras formas de capital para que possa ter uma exploração produtiva mais eficiente. Nessa região, é necessário apresentar alternativas produtivas para as pessoas, ou seja, propiciar melhores condições sociais e econômicas para que estas possam usufruir de liberdade, no dizer de Sen (2000, p.23): “ A privação da liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social, assim como a privação de liberdade social ou política pode, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica”.

O capital social não é a panacéia de todos os problemas, mas fator fundamental para o crescimento econômico. Este não estava sendo levado em conta, até então, na elaboração de programas e políticas econômicas de desenvolvimento nacional, regional e local. Ao lado do capital físico, do capital humano e do capital natural revela-se uma variável econômica a mais na função de produção.

O importante é saber que o capital social, como as outras formas de capital, podem ser adquiridos, estocados e utilizados como recurso para gerar desenvolvimento nas cooperativas ou comunidades. Provavelmente, estudos estão sendo elaborados em vários lugares do mundo para elucidar esses aspectos do capital social.

Quando se compara o capital físico com o social, quanto à geração de externalidades, vê-se que eles servem para realizar boas ações; quanto más ações, como exemplo: uma foice que pode servir de instrumento de trabalho no campo ou como uma arma, dependendo por quem está sendo utilizado. Assim também é o capital social. Empregado por comunidades com objetivos de produção de bens e serviços irá melhorar o nível de renda das pessoas, gerando externalidades

⁷ Embora a área de saúde pública esteja muito deficitária em seus serviços junto à população.

⁸ A defasagem dos alunos do ensino fundamental caiu 41,6% em dez anos, 1996-2006, Brasil. Fonte: www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=9. O número de matrículas na 8ª série de pessoas com mais de 18 anos aumentou de 4.972, 2005, para 5.199, 2006, no Ceará. Um aumento de 4,6%. Fonte: www.seduc.ce.gov/estatistica/.

positivas. Utilizado por determinadas associações (Ku Klux Klan, máfia italiana e o crime organizado no Rio de Janeiro) causam externalidades negativas. Surge então uma polêmica: Pode-se partir também do ponto de vista que o capital social não gera externalidades negativas como as apontadas, pois as organizações criminosas não possuem em suas estruturas recursos como confiança e reciprocidade de favores. Existindo uma estrutura ditada pelo medo, oportunismo e onde só os chefes enriquecem, não há uma associação social, mas uma parceria marginal para o crime, onde o ambiente instável não permite o desenvolvimento sustentável dos envolvidos.

2.1.3 Capital Social e Confiança

A confiança é um elemento primordial para a formação do capital social. Na sociologia, confiança significa amizade, uma relação de parceria “certa”, em que reciprocidade e a cooperação estejam intrinsecamente relacionadas. Na versão da economia a confiança envolve instrumentos para catalisar as relações entre agentes econômicos e melhorar a eficiência de arranjos organizacionais entre e no interior das organizações e empreendimentos, segundo Maciel (2003).

Locke (2001) classifica essas duas grandes tendências. A primeira, de natureza sociológica, defende que a confiança é produto de comportamentos históricos de longo prazo, baseados no civismo, nas relações extrafamiliares e familiares. Assim devido a suas histórias diferentes, algumas comunidades seriam mais dispostas à associação do que outras. A segunda, do ponto de vista da economia, destaca o interesse próprio de longo prazo, numa análise de custo-benefício. Sob esse prisma, as pessoas descobrem ser vantajosa a cooperação com as outras, orientadas de forma semelhante, quando suas interações são repetidas, quando há simetria de informações de seu desempenho passado e um número pequeno de pessoas. A confiança reduz riscos e custos nas transações comerciais. O mercado, paradoxalmente, causa erosão nos vínculos sociais. Pode-se dizer que a eficiência do mercado pode melhorar e manter-se com a confiança, na versão da economia e complementada pela confiança na versão sociológica. Essa nova postura pode reduzir a erosão social causada pelo capitalismo e ajudar na construção de uma sociedade mais harmônica. Para Putnam (1993), a confiança seria resultado de “padrões históricos, de longo prazo, de associação, engajamento social e relações extrafamiliares”.

Na abordagem econômica, a confiança só seria gerada entre atores já conhecidos ou que tivessem suficiente informação sobre a reputação do potencial parceiro – e que a mesma fosse positiva (BNDES, 2004). Na visão de Locke (2001), a confiança pode ser construída via combinação de interesses privados e políticas públicas, num processo seqüencial. Coleman (1988), quanto à questão da confiança, cita o exemplo dos comerciantes judeus que lidam com jóias e pedras preciosas em Nova Iorque. Entre eles há regras de confiança e reciprocidade que permitem a circulação de diamantes em várias mãos sem um contrato de seguro financeiro, de elevado custo.

Abu-El-Haj (2000) propõe o capital social como uma capacidade de iniciativas coletivas fundamentadas na cooperação e na confiança. Se as pessoas confiam umas nas outras, cumprem as suas obrigações e as regras, facilitam acordos, a rapidez nas decisões aumenta e, por causalidade, eleva-se a produtividade econômica de todos. No jogo mostrado na Tabela 1 vê-se tal situação, onde dois grupos, A e B, são apresentados com os seus ganhos relativos nas situações de cooperação e não-cooperação. Em quatro situações: a) s4 – não há cooperação nem da parte de A, nem de B, então o resultado em que ambos saem com seis unidades monetárias, cada; b) em s2 – B coopera, A não coopera, resultado: A sai com sete e B com seis – (oportunismo de A); c) em s3 acontece o inverso da situação s2, - (oportunismo de B) e d) em s1- A e B saem ganhando 10 unidades monetárias cada um, ou seja, a cooperação entre os dois grupos A e B criou uma sinergia produtiva que resultou em maior ganho para ambos do que as outras s1, s2 e s3. Isso pode lembrar o dilema dos prisioneiros relatado em vários livros de microeconomia, onde os prisioneiros A e B não podiam conversar entre si e o fato ocorre uma única vez. Já no caso explicado na Tabela 1, que envolve dois grupos de pessoas A e B, a diferença básica é que, estes grupos podem conversar entre si e em fatos repetidos podem construir uma reputação que vai ser importante para as decisões futuras de cooperação.

Tabela 1 - Simulação de cooperação e não-cooperação.

Representação (A, B)		B			
		Coopera		Não coopera	
A	Coopera	(10,10)	s1	(6,7)	s3
	Não coopera	(7,6)	s2	(6,6)	s4

Fonte: Elaboração própria.

Sabe-se que cooperação e confiança não são sinônimos. A primeira pode fazer com que se chegue à segunda, e vice-versa, mas a ausência de cooperação pode diminuir a base de confiança nas relações entre pessoas ou grupos. A confiança entre as pessoas é o pré-requisito básico para a criação e o acúmulo de capital social, segundo Putnam (1996). Daí vem a cooperação entre as pessoas. Quanto a isso, Locke (2001) reforça a idéia de Putnam relatando que o fluxo de capital social e o comportamento confiável são uma resposta racional das pessoas ao conjunto de oportunidades e limitações individuais presentes. É notável que a não-cooperação tende a reduzir o nível de confiança entre os atores sociais e que a cooperação tende a elevar o nível de confiança. Nas figuras 1 e 2, observa-se a seqüência de ações dos atores A e B, onde se supõe haver um fluxo de capital social que aumenta e diminui em razão da relação entre confiança e cooperação.

A não-cooperação estreita o funil de confiança, o fluxo de capital social é menor, conforme representado na Figura 1.

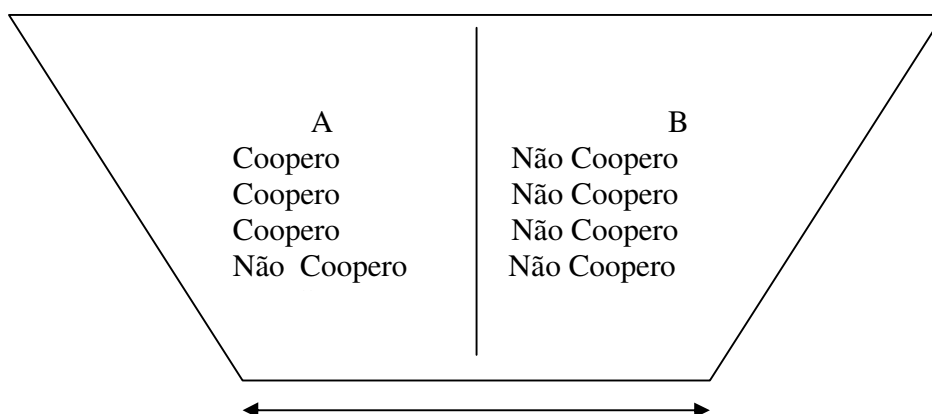


Figura 1 - Funil de confiança. Base menor. Elaboração própria.

A cooperação alarga o funil de confiança, aumentando a sua base, isso permite maior fluxo de capital social, como colocado na Figura 2:

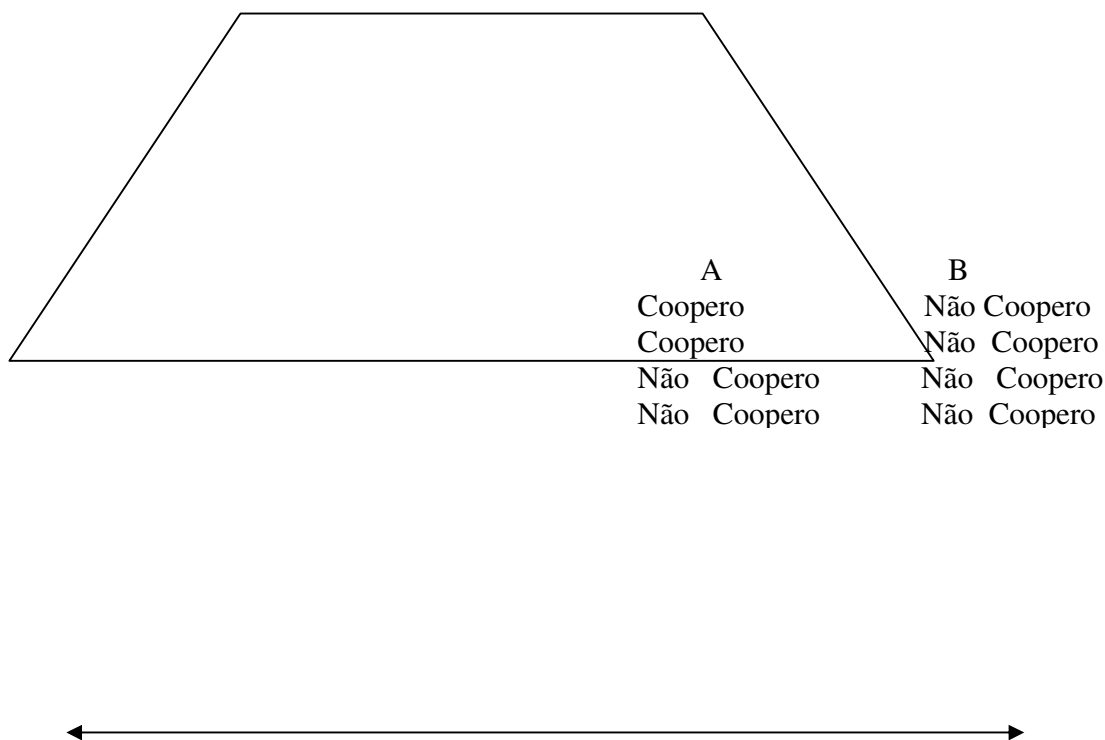


Figura 2 - Funil de confiança. Base maior. Elaboração própria.

Numa associação cooperativa, como o próprio nome diz, há de se ter cooperação e confiança entre os membros associados. Esses dois adjetivos também são os pré-requisitos para a formação de capital social. Então será interessante não confundir capital social com somente a presença desses dois instrumentos, como o capital social é mais amplo, pois constituído também pelas sinapses⁹ sociais e por atitudes cívicas e pró-ativas dos indivíduos, focalizadas em objetivos econômicos e sociais coletivos que, por fim, satisfazem também os interesses individuais.

⁹ Sinapse social – Toma-se emprestado esse termo da neurologia. Significa o processo de formação dos laços que constituem as redes sociais dinâmicas. Supõe-se que quanto mais intensas e diversificadas as sinapses sociais, maior a geração de “inteligência” social que promove as soluções de problemas e os processos criativos de produção, similarmente as sinapses neurais. Para maior entendimento deste termo transcrevemos: “O processo de transmissão de sinais entre neurônios é central para a capacidade de processamento de informação do cérebro. Uma das grandes descobertas em neurociência foi a de que a *efetividade* da transmissão de sinais pode ser modulada, isto permite ao cérebro adaptar-se a diferentes situações... A sinapse é, portanto, a junção entre o axônio de um neurônio pré-sináptico e o dendrito ou corpo celular de um neurônio pós-sináptico... A capacidade de processamento de informação das sinapses permite que elas alterem o estado de um neurônio pós-sináptico, eventualmente gerando um pulso elétrico, denominado *potencial de ação*... Os neurônios podem ter conexões de *sentido positivo (feedforward)* e/ou de *sentido negativo (feedback)* com outros neurônios, ou seja, as conexões podem ter um único sentido ou serem recíprocas. Diversos neurônios interconectados geram uma estrutura em rede conhecida como **rede neural**. Um agrupamento de neurônios interconectados pode exibir comportamentos complexos e uma capacidade de processamento de informação que não pode ser predita tomando-se cada neurônio individualmente.” Acessado em 18.08.07. Disponível em: [http://lsin.unisantos.br/1vcon/tema?tema=2.\(Página](http://lsin.unisantos.br/1vcon/tema?tema=2.(Página) virtual do Laboratório Virtual de Computação Natural).

Considerando o ano de 1997, se somarmos os percentuais de pessoas que confiam plenamente em familiares, mais os percentuais de pessoas que confiam nos familiares parcialmente, chegar-se-á aos seguintes percentuais totais de confiança: Índia 99,1%, Estados Unidos 98,2%, Grã-Bretanha 98,2%, Japão 97,6%, México 95,6%, Brasil 95,1%, e por último, França com 93,9%, conforme as tabelas 2 e 3. Isso significa uma alta propensão das pessoas em confiar em outras, dentro do círculo familiar.

Tabela 2 - Nível percentual de confiança nos países / 1997.

Quanto de confiança você tem na sua família.	França	Índia	Japão	México	Grã-Bretanha	Estados Unidos
Confiam completamente	57,7	92,3	69,3	82,2	92,4	88,4
Confiam parcialmente	36,2	6,8	28,3	13,4	5,8	9,8
Não confiam, nem desconfiam	2,3	0,6	2,0	2,6	1,4	1,3
Não confiam muito	3,3	0,2	0,2	1,4	0,1	0,4
Não confiam	0,5	0,1	0,2	0,3	0,3	0,2
Total (100%)	992	2495	996	1526	1475	1781

Fonte: World Values Surveys. Tradução e adaptação própria.

Isso indica que o capital social é latente e abundante tanto em países ricos, como os Estados Unidos, como em países em desenvolvimento como o Brasil, a Índia e o México. A literatura indica que com o aumento do isolamento das pessoas e a deterioração das relações sociais advindas do processo capitalista desequilibrado (poucas vagas de emprego, redução de oportunidades de trabalho e desigualdade de renda) a tendência é que o nível de confiança entre as pessoas vá se reduzindo, como nas periferias. Isso pode ser uma das variáveis que explicam, no caso do Brasil, a redução do percentual de pessoas que confiam plenamente, de 82,8 para 79,8%, no período 1991 a 1997 (Tabela 3).

Tabela 3 – Nível percentual de confiança no Brasil.

Quanto de confiança você tem na sua família.	Brasil – 1991	Brasil – 1997
	Total	Total
Confiam completamente	82,8%	79,8%
Confiam parcialmente	13,8%	15,3%
Não-confiam, nem desconfiam	1,9%	2,7%
Não confiam muito	1,1%	1,2%
Não confiam	0,4%	1,0%
Total	12.540 (100%)	1.778 (100%)

Fonte: World Values Surveys. Tradução e adaptação própria.

Em recentes estudos, Kawachi, Kennedy e Lochner (1997 *apud* KLIKSBERG, 1999, p. 89) dão conta dos seguintes resultados sobre o papel da confiança numa pesquisa estatística realizada em 39 estados dos Estados Unidos. Quanto menor o nível de confiança entre os cidadãos, maior a mortalidade média. Outra correlação observada: quanto maior o grau de desigualdade econômica, menor a confiança entre os cidadãos.

Confiança é uma relação que se constrói com base em relações recíprocas de ajuda mútua, de comprometimento dos compromissos e contratos acertados entre as pessoas (PUTNAM, 1993). A confiança gera cooperação, assim como a cooperação pode gerar confiança. Esta advém de um processo de análise da reputação e das ações seqüenciais do outro. É o elemento essencial do capital social que estimula o encadeamento dos demais elementos que constituem o capital social. Locke (2001) preconiza que é possível criar ou construir confiança em comunidades locais, visando o desenvolvimento econômico.

2.1.4 Capital Social e Capital Humano

Para Ostrom (1994), o capital social é fator importante para que os indivíduos consigam obter o capital humano. Em comunidades e famílias pobres isso pode-se dar através da organização e cooperação, quando os indivíduos mais velhos trabalham para “escolarizar” os mais novos, e estes com esforços intelectuais de aprendizagem conseguem se profissionalizar, alcançando um espaço social e econômico melhor na sociedade. De modo sucessivo, os primeiros “apoiados” passam a ajudar as próximas pessoas da família ou comunidade, fazendo funcionar um mecanismo de escape da pobreza para uma condição social melhor. Caso essa relação se comprove, a de uso do capital social, gerando capital humano que, por sua vez, produziria melhor bem-estar social, ver-se-ia que é mais importante o capital social ser reconhecido e utilizado pelas comunidades menos favorecidas. North (1990) aponta o papel do Estado como coordenador desse processo de empoderamento dos indivíduos. Para ele as instituições têm importante função sobre o desenvolvimento econômico.

Outra relação: quem adquire capital humano é o privilegiado direto de sua posse. Esse capital centra-se no indivíduo que deve relacionar-se para poder desenvolver o seu capital humano, à medida que os indivíduos de uma comunidade ou associação aumentam o seu nível de

capital humano. É importante perceber que o capital social se relaciona, de maneira intrínseca com o capital humano. Onde há capital social são maiores as chances de o indivíduo adquirir capital humano, pois da organização, da ação coletiva e da participação cívica podem surgir escolas, postos médicos e outros tipos de benefícios sociais.

Para Abramovay (1998), o principal obstáculo à acumulação de capital social no meio rural é a existência de um ambiente educacional incompatível com a noção de desenvolvimento. Para este é necessária a formação de recursos humanos treinados e capacitados em técnicas e conhecimentos. Nota-se que os jovens com piores notas escolares, na forma tradicional, tendem a ficar na atividade agrícola. Compreende-se que esses jovens podem melhorar as suas habilidades e níveis de renda se forem qualificados, através de escolas técnicas, a lhes ensinar de forma mais produtiva.

2.1.5 Capital Social e Estado

Para Knack e Keefer (1997) o capital social e o investimento se relacionam através de políticas econômicas. Em sociedades onde a confiança é generalizada, inclusive quanto ao governo, suas promessas quanto à gestão macroeconômica são mais críveis e, portanto, mais eficazes. Isso se observa empiricamente ao nível micro, isto é, na esfera política e executiva local (prefeituras).

Para Garcia (2000), o Estado deve apoiar a organização dos agricultores, em cooperativas e associações, mas não pode intervir de modo excessivo, pois isso contribui para o fracasso do desenvolvimento rural. O sucesso dos empreendimentos rurais depende sobretudo da participação e das ações dos agricultores e de uma postura pró-ativa deles. Isso significa a presença de solidariedade, busca de qualidade na gestão, participação de todos os cooperados na tomada de decisões e da confiança entre os cooperados. O governo pode participar da criação de instituições referenciais da confiança e desincentivar posições oportunistas por meio do oferecimento de benefícios adicionais para a ação cooperada e se impuser condições universalistas e participativas para acesso a esses benefícios (BNDES, 2004).

Sobre esse tema, Putnam (1996) declara que o capital social é uma variável importante para se ter um bom governo. Esse é um aspecto relevante, pois um governo atuante e probo estimula a sociedade a compartilhar suas políticas sociais. A sociedade, por sua vez, mostrando-se participativa e fiscalizadora das ações governamentais contribui para a boa

governança pública, minimizando o nível de corrupção e elevando a eficiência e eficácia das políticas públicas.

Peter Evans (1996 *apud* MONASTÉRIO, 2000, p.10), apresenta duas formas de relações entre o capital social e as ações públicas, não-excludentes, através das quais a organização da sociedade pode contribuir à ação do governo e vice-versa: a complementaridade e o “enredamento”. A complementaridade trata de o Estado fornecer bens que não podem ser oferecidos de forma eficiente, pelos agentes de mercado. O “enredamento” ou entrosamento das relações entre a sociedade e o Estado refere-se aos laços que ligam os cidadãos e os agentes da intervenção pública. Isso significa que uma governança local ativa e organizada potencializa as atividades sociais e empresariais rumo ao desenvolvimento de longo prazo, e noutro sentido, uma sociedade com forte participação cívica (como: pagamento dos impostos para o bem-estar social e o zelo pelo espaço público) consolida uma boa governança pública (transparente, honesta, integrada e ativa). Onde o nível de capital social é menor, a intervenção governamental é imprescindível à ampliação do capital social através das relações sinérgicas entre sociedade e poder público.

A atividade do governo local é uma das soluções para que se solidifique o desenvolvimento, inclusive o cooperativismo empresarial. No tocante a esse contexto de associativismo, Putnam e Helliweel (1995) sugerem que a disponibilidade de associações esportivas e culturais impacta positivamente o desempenho econômico e a qualidade do governo. Considera-se que a sociedade cívica não seja livre de tensões, porém essas tensões expressam a dinâmica da sociedade.

Abu-El-Haj (1999) acredita que as instituições públicas exercem um papel relevante nos rumos das ações coletivas, ora potencializando-as, ora reduzindo-as.

Woolcock (1999) apresenta o capital social constituído por laços horizontais e verticais. Os primeiros se referem às redes que se desenvolvem em meio às pessoas da sociedade com níveis sociais semelhantes (educação, renda, cultura). Estes se relacionam às conexões verticais entre as pessoas e instituições nos diferentes níveis cívicos e são essenciais para regiões e comunidades pobres. De outra maneira, pode-se dizer que as relações sociais e políticas para o desenvolvimento extrapolam o aspecto local, pois há necessidade de obtenção de influência executiva e política no âmbito regional, estadual e nacional.

A capacidade do grupo social de mobilizar-se por interesses coletivos depende precisamente das instituições formais com as quais funcionam. Skocpol (1995, 1996 *apud* WOOLCOCK, 2000, p.10) constata em seus estudos de casos, utilizando uma metodologia histórico-comparativa, que a sociedade civil cresce e se fortalece à medida que o Estado se posiciona de maneira ativa. A mensagem é que a corrupção, excessos de burocracias, desigualdades sociais elevadas e descuido com os recursos públicos são todos impedimentos substanciais para a prosperidade. Os países ou municípios em que predominam estas condições, os esforços bem intencionados para construir escolas, hospitais, estradas e infra-estrutura de comunicação não podem lograr êxito, tampouco atrair investimentos (empreendimentos produtivos) externos.

Nesse contexto a corrente neoinstitucionalista enfatiza o papel decisivo das elites políticas na formação de capital social, tendo como principal representante o economista Douglas North. A elite tem a capacidade de barrar o desenvolvimento do capital social, através da sabotagem sistemática dos laços de confiança entre os incentivos a dedicar energias à construção de redes permanentes de interação. O governo local deve valorizar a cooperação, a disposição para o trabalho conjunto e troca de informações (ABRAMOVAY,1998).

A educação, responsabilidade do Estado, viabiliza tecnicamente as atividades sociais e econômicas, e desperta a consciência crítica das pessoas. Faz-se relevante o papel do governo local como catalisador dessa área social, investindo recursos na cultura e na educação, atraindo novos empreendimentos locais e mantendo um ambiente favorável às associações sociais produtivas.

Para Bourlegat (2006), a busca de interesses comuns (como a manutenção do espaço cotidiano e a expansão dos negócios) e das ações correntes por uma comunidade (ou associação) local, passa pela organização das redes políticas, mediadas por territórios administrativos, organizados em diversas instâncias de tomadas de decisão (municipal, estadual e nacional).

A estrutura das associações e, mais especificamente, das comunidades locais depende, em grande parte, da relação que estas mantêm com o Estado. Isso se manifesta mais forte em lugares mais pobres. A idéia é que as combinações de laços horizontais (*bond* = união) e de laços verticais (*bridging* = pontes) geram efeitos eficientes de mobilização de recursos e de pessoas para que se possa lograr êxito nos empreendimentos. Importante frisar que os laços verticais são constituídos pelos laços políticos, institucionais, financeiros e sociais fora do ambiente local. No

âmbito político e de governo, esses laços propiciam maior proximidade aos centros administrativos e executivos do poder público, o que favorece o acesso aos recursos econômicos e o abarcamento de projetos de desenvolvimento (WOOLCOCK, 2000).

O governo local pode sufocar ou acelerar o desenvolvimento das associações, cooperativas e clubes sociais, através de sua influência e estrutura institucional. O governo fraco e indiferente às demandas sociais tem como efeito o travamento e estagnação dos projetos de desenvolvimento. Em comunidades ou associações que mostram passividade social e econômica necessitam do estímulo de um agente externo para transformar o *status quo* (Isham e Kaufmann *apud* WOOLCOCK e NARAYAN, 2000, p.3). O desenvolvimento não resulta da operação espontânea dos contatos sociais, mas requer ações conscientes e deliberadas de organizações públicas e de parcerias públicas-privadas, como expôs Putnam (*op. cit.*) nesse sentido, a sinergia entre Estado e Sociedade pode criar um ciclo virtuoso de mudança institucional.

2.1.6 Capital Social e Cooperativismo

Conforme estudos de Gárcia (2000), a organização cooperativa de pequenos produtores constitui uma alternativa viável para que estes se mantenham no mercado e longe da marginalidade do processo econômico. A presença de capital social contribui para que isso aconteça. Em sua pesquisa, Gárcia (2000) constatou o papel fundamental da formação e presença do capital social como mecanismo para debelar os problemas da cooperativa, Associação Civil de Produtores Primários de Hortaliças, formada por 48 produtores cooperados, em Montero, Parroquia Jajó, município Usdaneta do Estado de Trujillo, Venezuela. Em 1991, tinha-se como principais problemas: a presença de atravessadores que compravam a preços baixos, a ausência de planejamento no escoamento da produção (transporte), o isolamento dos produtores, má qualidade dos produtos, péssimas condições de vida dos produtores, dentre outros.

A partir da ação coletiva formou-se a cooperativa. Esta se articulou com outras cooperativas, associações, universidade, órgãos governamentais e instituições nacionais e estrangeiras. O que resultou, em 2000, na melhora da qualidade dos produtos e no nível de preços, aumento da produtividade e da área plantada, utilização adequada de adubos e fertilizantes químicos, compra de insumos por melhores preços, eliminação dos atravessadores, melhoria da estrutura física da cooperativa, acesso à eletricidade e melhoria da qualidade de vida dos cooperados. Nesse ambiente, o capital social foi importante para a capacidade de reação

coletiva a ameaças e oportunidades graças à atuação da cooperação institucionalizada. Uma das características principais numa associação cooperativa é a efetiva participação na produção e nas decisões da cooperativa. A cooperação tem grande importância econômica, competitiva, política e social. Esse é um dos aspectos que se busca no incentivo ou na replicação das experiências associativas, como os apresentados na região Norte da Itália (BNDES, 2004). A participação cooperativa de atores sociais seja numa cooperativa, seja numa associação comunitária, concorre para que haja maior transparência na gestão de recursos e atos administrativos. Referente a isso, Mayorga (2002, p.16) afirma que quanto mais complexa vai-se tornando a sociedade, maior a possibilidade de ocorrer o oportunismo e a trapaça.

Um aspecto importante a ser discutido e aprofundado em trabalhos posteriores é quanto ao número de cooperados, levando em conta a presença do capital social. Um número alto pode aumentar as chances de manobras e artifícios ilícitos e não-éticos. Um número de cooperados no qual se possa conhecer as pessoas e estabelecer um maior nível de confiança e controle reduz as chances de atos delituosos. Caso ocorram, o autor dos atos pode ser punido, desencorajando os demais a realizarem atos similares. Com relação a esse ponto, Locke (2001) enfatiza que o número de cooperados é importante para a consolidação do processo de cooperação e facilitar a tomada de decisões.

Um aspecto relevante é apresentado por Granovetter (1997), onde ele classifica as formas de laços sociais em: fortes e fracos. Entendeu-se por laços fortes aqueles que existem entre os familiares, parentes e amigos que mantêm relação próxima; laços fracos, os que se obtêm nas relações contratuais e eventos casuais. Os laços fortes inibem o processo criativo, inovativo e de expansão dos negócios, pois se acomodam nas relações com raio de ação limitado. Os laços fracos contribuem para o processo inovativo, criativo e de na expansão dos negócios, pois a interação com novas pessoas e em novos espaços multiplicam as possibilidades de aprendizagem e obtenção de novas tecnologias e novos mercados.

Quanto a isso, Locke (2001) propõe que:

“Nas sociedades em que os atores econômicos conseguem confiar em pessoas que não são membros de suas famílias e trabalham com elas, constroem-se organizações maiores, mais burocráticas e mais eficientes, as quais, de acordo com Fukuyama, são necessárias à competição nas indústrias modernas de alta tecnologia e crescimento rápido” (p.254-255).

Durston (1999, 2000) dá a conhecer que capital social tem sua existência em forma coletiva, como expressão de relações sadias entre as pessoas. Isso se traduz em reciprocidade de

favores, confiança e solidariedade, inclusive na compreensão das fraquezas e potencialidades das pessoas.

Tanto Putnam, Fukuyama, Franco e Durston vêem, como elementos do capital social, o compromisso das pessoas em seguir regras e normas, o estabelecimento de uma camaradagem, a confiança e a cooperação num fluxo mútuo, almejando objetivos comuns. Sen (2000) e Olson (1999) apresentam os valores culturais e sua presença como responsáveis pelo nível de confiança de uma comunidade ou local, que, por sua vez, dão forma e propiciam a geração de capital social.

O capital social é relevante para as cooperativas a fim de para que estas possam liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos num processo de autogestão.

2.2 Cooperativas

Define-se cooperativa¹⁰ como uma organização de 20 ou mais pessoas unidas pela cooperação e ajuda mútua. Sua ação é democrática e participativa e seus objetivos são econômicos e sociais. Os aspectos legais e doutrinários se distinguem de outras sociedades. Modernamente, o cooperativismo agrícola tem ganho maior espaço com a Economia Solidária. O cooperativismo se propõe a obter um desempenho econômico eficiente, através da qualidade e da confiabilidade dos serviços que presta aos próprios cooperados e aos usuários. Seus princípios gerais são: ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Os princípios éticos que consolidam o cooperativismo são a honestidade, a transparência, a responsabilidade social e a preocupação com o semelhante. Mundialmente, os fundamentos organizacionais são sete: 1) livre e aberta adesão dos sócios; a participação como membro se dá de forma voluntária; 2) gestão e controle democrático dos sócios (um homem, um voto); 3) participação econômica do sócio; 4) autonomia e independência; 5) educação, treinamento e informação; 6) intercooperação; as cooperativas trabalham em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais; 7) interesse pela comunidade (CATALISA, 2007).

No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988 (Lei 5.764 de 12.12.1971), o resultado da atividade cooperativa deve ser distribuído proporcionalmente à participação de cada

¹⁰ As cooperativas devem ser registradas na Junta Comercial mais próxima.

cooperado, isso significa empiricamente que há um sistema democrático que se sustenta na participação efetiva de todos os cooperados.

As cooperativas são organizações intermediárias entre as economias particulares dos cooperados, de um lado, e o mercado, de outro.

Referente à cooperativa, Bialoskorski Neto (2001) expõe:

“... quando diversas unidades econômicas geralmente da mesma natureza de produção chegam à conclusão de que certa atividade se torna por demais custosa para cada uma delas isoladamente, elas se congregam, formando uma comunidade dotada de organização administrativa especial, e transferem a esta organização determinadas tarefas de modo agregado” (p.629).

Para apresentar a cooperação entre as pessoas como forma de redução da pobreza, segue uma parábola popular citada por Rangel (2001):

“Dizem que Deus convidou um homem para conhecer o céu e o inferno. Foram primeiro ao inferno. Ao abrirem a porta, viram uma sala. No centro, havia um caldeirão de sopa. Em volta dele, estavam sentadas pessoas famintas e desesperadas. Cada uma delas segurava uma colher de cabo comprido que lhes permitia alcançar o caldeirão, mas não as suas próprias bocas. O sofrimento era imenso. Em seguida, Deus levou o homem para conhecer o céu. Entraram em uma sala idêntica à primeira: havia o mesmo caldeirão, as pessoas em volta, as colheres de cabo comprido. A diferença é que todos estavam saciados. “Eu não compreendo”, disse o homem. “Por que aqui as pessoas estão tão felizes enquanto na outra sala morrem de aflição, se é tudo igual?”. Deus sorriu e respondeu: “você não percebeu? “É porque aqui eles aprenderam a dar comida uns aos outros” (p.20).

Monezi (2005) afirma que desde o descobrimento das Américas foram detectadas formas definidas de cooperativismo, no século XV, nas civilizações Asteca, Maia e Inca, onde viviam num regime de ajuda mútua.

A primeira associação cooperativa em termos modernos, na era capitalista, surgiu na cidade inglesa de Rochdale, em meio ao desemprego elevado e a crise social da época. Tal foi o êxito de suas atividades que, no final do primeiro ano, a cooperativa aumentou de 28 para 180 libras o seu capital integralizado. Em 1855, já possuía 1.400 associados. Alguns anos depois, em 1881, já existiam 1.000 cooperativas desse tipo, com aproximadamente 550 mil cooperados, todos baseadas nos princípios da adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, intercooperação e interesse pela comunidade. Os objetivos eram os seguintes: promover o associado, melhorar a renda e as condições de trabalho dos sócios. Esse modelo expandiu-se para a França, Itália e daí para todo o resto do mundo. Monezi (2005) destaca que esses movimentos tiveram como precursores: Robert Owen, Louis Blanc, Charles Fourier entre outros que defendiam os valores éticos de ajuda mútua, igualdade, associativismo e auto-gestão.

No Brasil, a primeira cooperativa que seguiu os padrões rochdaleanos foi criada em 1847, denominada Fundação da Colônia Tereza Cristina, no Paraná. Era liderada pelo médico francês Jean Maurice Faivre, à frente de colonos europeus, conforme relato histórico da CATALISA (2007). Isso pode ser uma das variáveis que explicam por que o Sul e Sudeste têm mais cooperativas e maior participação dos cooperados.

Freitas (2004) afirma que a cooperativa se coloca como uma alternativa viável à prática da globalização mercantil para os pequenos e médios agricultores familiares. O cooperativismo¹¹ vem-se colocar como opção à prática capitalista que passa pela inclusão social e melhor distribuição de renda, notadamente nos países emergentes. A cooperativa, segundo os seus fundamentos, (*vide* parágrafos anteriores), deve aumentar a eficiência produtiva da parcela de baixa renda da sociedade, pois facilita as ações coordenadas. A política de estímulo às cooperativas é uma referência importante na economia porquanto levam em conta princípios éticos e interesses comuns de agentes econômicos.

Quanto ao ambiente econômico para o crescimento do número de cooperativas, vê-se que o Brasil é um país de potencial enorme e que está descobrindo os mercados interno e externo. O potencial da agroindústria aliado ao dinamismo cultural, à relativa facilidade em gerar consensos políticos e à admiração de outros países são fontes de recursos e estratégias sociocomerciais que podem ser utilizados para elevar as exportações de produtos da agroindústria. Nos últimos 20 anos tem existido na literatura econômica uma preocupação com os aspectos locais (como : nível de capital social, de capital intelectual e eficiência do governo), que podem levar ao desenvolvimento econômico e à competitividade dos empreendimentos, isso devido às experiências de desenvolvimento econômico como as da Terceira Itália e no Vale do Silício, nos Estados Unidos.

Cada vez mais estudos e pesquisas dão relevância às aglomerações setoriais de empreendimentos que, pela cooperação ou configuração econômica desenvolvida, criam diferenciais competitivos e significativos para as empresas ou negócios localizados na região. A associação cooperativa agroindustrial pode representar a solução para pequenos e médios produtores rurais que não conseguem ser competitivos no mercado local e regional devido à economia de escala de sua produção, à falta de recursos e equipamentos para expandir a

¹¹ No documento final da I Conferência Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, em 2006, as cooperativas são vistas como um empreendimento econômico solidário, um negócio de autogestão em que a obtenção de retorno financeiro é dada apenas aos cooperados, na proporção do investimento realizado.

produção. Daí vender os seus produtos para o mercado local, mas, principalmente, para outras regiões, gerando desenvolvimento econômico de longo prazo: exportar para outras regiões e Estados, e, se puder, para outros países, como colocado anteriormente ao mencionarmos a teoria do desenvolvimento endógeno (BNDES, 2004).

A formação de cooperativas locais traz vantagens devido ao enraizamento dos investimentos, gerando um aprendizado técnico local, atraindo novos serviços e firmas complementares e, até mesmo, efetivando a formação de novas cooperativas, gerando divisas e emprego para o município, e, ainda, aumento do fluxo no comércio local. O incremento no desenvolvimento local gera um efeito de transbordamento regional e que, por sua vez, dependendo do êxito das cooperativas regionais, contribui para o desenvolvimento nacional. As cooperativas não podem se transferir para outro país ou estado em busca de incentivos fiscais ou mão-de-obra barata e não podem ser vendidas.

A prosperidade da cooperativa é também a prosperidade do município ou da região onde se encontra. Pode-se aprender que o desenvolvimento depende das pessoas que acreditam em si próprias e no coletivo, que se organizam, prosperam e alcançam objetivos comuns.

2.2.1 A importância das Cooperativas Agroindustriais

Nas últimas décadas, as atividades produtivas que seguem padrões associativistas vêm ganhando importância no mundo todo. Segundo dados da CATALISA¹² (2007), 60% da população dos Estados Unidos participa de algum tipo de cooperativa, no Canadá esse percentual é de 45% e na Alemanha chega a 20%. Na China, país que mais cresce no planeta, e apontado por especialistas como a próxima potência mundial, tem no cooperativismo uma das principais forças motoras dessa economia. Cerca de 80% dos produtores agropecuários chineses são associadas à *ALL China Federation of Supply and Marketing Cooperative*, que é uma organização similar à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) no Brasil. Reúne 24 mil cooperativas de todo o país. O governo chinês incentiva fortemente a agropecuária. O principal produto é o algodão¹³. O cooperativismo tem-se revelado uma das soluções para o aumento da produção agropecuária

¹² Rede de Cooperação para Sustentabilidade do Cooperativismo e Seus Princípios. Disponível em: www.catalisa.org.br. Acessado em: 20.05.2007.

¹³ Fonte: www.portaldocooperativismo.org.br/sescoop/comunicacao/noticias/noticia.asp?IdNoticia=1189. O Data da informação:05.08.2004. Acessado em: 10/12/2007. O cooperativismo algodoeiro gera aproximadamente 1,2 milhões de empregos na China, segundo dados da Embrapa-área internacional,2007.

chinesa, pois os pequenos proprietários rurais se agrupam, em forma de cooperativa, para elevar a capacidade de produção¹⁴. Os chineses compraram cerca 65% da soja, do total embarcado pelas sociedades cooperativas brasileiras. Os principais compradores da produção das cooperativas brasileiras são: a China, seguida pelos Emirados Árabes, Estados Unidos e Rússia¹⁵.

As atividades das cooperativas brasileiras representam 6% do PIB nacional e são responsáveis pela criação de aproximadamente 200 mil empregos diretos. Cerca de 5.7 milhões de cooperados estão distribuídos nos 13 ramos de atividades econômicas cooperativas, conforme indica Freitas¹⁶ (2004). As maiores cooperativas agroindustriais brasileiras são: Coamo – Campo Mourão/PR, Cocamar – Maringá/PR, Copersucar – São Paulo, C.Vale – Palotina/PR, Lar – Medianeira/PR, Cotrijuí – Ijuí/PR, Corol – Orlandia/SP e Comigo – Rio Verde/GO. Neste *ranking*¹⁷ não constam cooperativas da região Nordeste .

Segundo Bialoskorski Neto (2001), o cooperativismo desenvolve-se mais intensamente na agricultura. O ramo agropecuário responde por mais de 70% do PIB do universo cooperativista (Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), 2008)¹⁸. Está enraizado na estrutura socioeconômica, no âmbito rural, desde os anos 60 e 70.

Em relação às regiões brasileiras, o Sudeste detém o maior número de cooperativas. A região Nordeste vem em segundo lugar. O montante de associados, porém, representa apenas 6% do total nacional. A grande parte dos associados em cooperativas encontra-se nas regiões Sudeste, 55%, e Sul 32%. O quantitativo de cooperativas na região Nordeste é elevado, porém com poucos associados. A região Sul tem muitos associados e com um menor número de cooperativas que a região Nordeste (tabela 4).

Como se pode ver na tabela 4, as regiões Norte e Centro-Oeste apresentam números menores de cooperativas, de associados e de empregados, revelando que se pode fortalecer e aumentar o número de cooperativas nessas duas regiões.

Tabela 4 - Cooperativas por região dez/2006.

¹⁴ Fonte: www.paginarural.com.br/noticias_detalhes.php?id=24138. Data da informação: 05/09/2005. Acessado em: 10/12/2007.

¹⁵ Fonte: www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id.pag=243. Os Emirados Árabes, EUA e Rússia compram, respectivamente, açúcar, álcool e carne de suínos. Data da informação:12/09/2006. Acessado em: 10/12/2007.

¹⁶ Márcio Lopes de Freitas, presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, 2004.

¹⁷ Ranking – por faturamento. Fonte: www.ccibc.com.br/pg_dinamica/bin/pg_dinamica.php?id.pag=243.

¹⁸ Fonte: www.ocb.org.br

REGIÃO	Cooperativas	%	Associados	%	Empregados	%
Região Norte	830	11	99849	1	5168	2
Região Sul	1442	19	2377934	32	105818	49
Região Centro-Oeste	661	9	383849	5	15915	7
Região Sudeste	2907	39	4078611	55	74162	35
Região Nordeste	1673	22	439444	6	13491	6
Total	7513		7379687		214554	

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

Dentre os tipos de relações coletivas de produção tem-se: associação, cooperativa, consórcio e condomínio. A cooperativa é a que está mais presente no mundo agrícola e que vem crescendo em importância no mundo todo. Na Tabela 5, pode-se observar a importância do cooperativismo no Brasil, segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e da Organização das Cooperativas Estaduais (OCEs).

Tabela 5 - Número do cooperativismo por ramo de atividade – dez/2006.

Ramo de Atividade	Cooperativas	%	Associados	%	Empregados	%
Agropecuário	1.549	20	886.076	12	123.890	57
Consumo	156	2	2.384.926	32	8.359	4
Crédito	1.102	14	2.462.875	33	30.396	14
Educacional	327	4	69.786	1	2.808	1
Especial	12	0,16	972	0,01	6	0,003
Habitacional	371	5	83.633	1	1.153	1
Infra-estrutura	161	2	624.812	8	5.462	3
Míneral	45	1	17.628	0,24	83	0,04
Produção	200	3	20.631	0,28	463	0,21
Saúde	888	12	349.474	5	34.738	16
Trabalho	1.874	25	413.777	6	5.595	3
Transporte	896	12	74.976	1	5.431	2
Turismo e Lazer	22	0,29	3.509	0,05	31	0,01
Totais	7.603	100	7.393.075	100	218.415	100

Fonte: OCE'S e OCB. Elaboração GEMERC.

O segmento agropecuário aproximadamente 900 mil associados estão unidos em torno de 1.550 cooperativas e que geraram cerca de 124.000 postos de trabalho.

A formação de cooperativas rurais serve como base para o aumento da renda dos agricultores, o que pode retê-los no campo, evitando o êxodo rural, e, conseqüentemente os problemas sociais das cidades, como o aumento do número de favelas, a marginalização e o desemprego. Daí a importância do fomento das cooperativas na zona rural, como forma de política econômica e social visando reduzir as mazelas sociais no campo e na cidade.

CAPÍTULO III

3. MATERIAL e MÉTODOS

3.1 Objeto de Estudo

Foram analisadas duas cooperativas, ambas com mais de 45 anos de existência. Uma é mantenedora de seus negócios, e, portanto conseguiu êxito no processo de sustentabilidade socioeconômica. Trata-se da Cooperativa Mista de Morada Nova Ltda (COOPEMOVA), localizada no município de Morada Nova. A outra, embora tenha conseguido atravessar os anos, demonstrou ultimamente deficiência em manter os negócios: Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro (COCEDRO).

O município de Morada Nova¹⁹, criado em 1925, tem uma área de 2.796,6 km². Seu clima tropical quente, semi-árido. Localizado na mesorregião do Jaguaribe – mapa territorial/em Anexo 1- Figura 10, e mapa de localização do município com relação à capital, Figura 3. É constituído por 7 distritos, quais sejam: Aruaru, Boa Água, Juazeiro do Baixo, Lagoa Grande, Pedras, Roldão e Uiraporanga. Sua média pluviométrica anual atinge 742,5 mm. A população, segundo censo de 2007, é de 61.751 pessoas, sendo que 47,4% residem na zona rural, distante da capital 163 km por rodovia (IPECE,2007). A economia baseia-se na lavoura de milho, banana, caju, algodão, mandioca e feijão; na pecuária: bovinos; suínos e aves. Possui 43 indústrias. Com uma renda *per capita* de R\$ 3.130,00, (2004), e PIB, a preço de mercado, de R\$183.281,00 (IPECE,2007).

¹⁹ Dados consultados em: www.ipece.gov.br/estudos_sociais/idm... acessado em 17/12/2007.



Figura 3 - Localização de Morada Nova

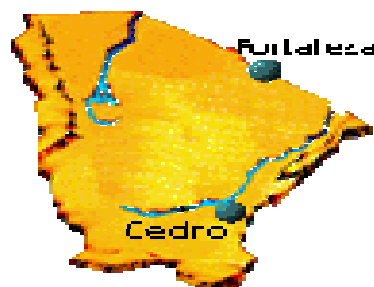


Figura 4 – Localização do Cedro

O município de Cedro²⁰ foi criado em 1920, com uma área de 678,8 km², altitude de 280 m. Localiza-se na mesorregião Centro-Sul, como pode ser visto no Anexo 2 – Figura 11, e mapa de localização do município com relação à capital, Figura 4 acima. Seu clima é tropical, quente e semi-árido. Constitui-se por 6 distritos: Assunção, Candeias, Lajedo, Santo Antônio, São Miguel, Várzea da Conceição. Sua média pluviométrica anual de 939 mm. A população alcança 24.607 pessoas (IPECE,2007), sendo que 43,9% residem na zona rural, distante da capital 420 km por rodovia. O PIB, a preço de mercado, alcançou R\$ 61.812,00 (2005) e a renda *per capita* é de R\$ 2.092,00 (IPECE, 2004). A economia baseia-se nas culturas de banana, arroz, milho e feijão, na pecuária bovina, suína e avícola. Possui nove indústrias, sendo duas de produtos alimentícios, uma têxtil, uma do mobiliário, uma química, três de madeira e uma de produtos minerais não-metálicos. O Anexo 5 – Figuras 12,13 e 14 - apresenta-se a sede e o funcionamento da COPEMOVA e da COCEDRO (Figuras 18 e 19- Anexo 7).

3.1.1 Histórico²¹ das Cooperativas Estudadas

A COPEMOVA foi fundada em 20 de maio de 1956, tendo como presidente o Sr. José Epifânio Filho, com 131 cooperados, no município de Morada Nova, Ceará. A criação da cooperativa veio da necessidade de quebrar o isolamento econômico e social em que viviam os lavradores e pecuaristas do município. Nos primeiros anos de sua existência, a cooperativa centralizou as suas atividades na venda de material agropecuário, produtos veterinários, sementes e na construção de silos de zinco para armazenar feijão e milho. No início da década de 60 a cooperativa aumentou o número de associados e iniciou-se a produção de cera de carnaúba,

²⁰ IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Fonte: www.ipece.gov.br/estudos_sociais/idm... Acessado em: 17.12.2007.

²¹ Segundo entrevistas realizadas com os presidentes das cooperativas: Carlos Roberto – COPEMOVA; Socorro Holanda – COCEDRO.

algodão e feijão. Nesse momento, a parceria com o Banco do Nordeste foi essencial para as operações de custeio. Durante os anos de atividade da cooperativa, houve períodos intercalados de estabilidade e dificuldades, geralmente ocasionados pelas estiagens.

Na década de 70, ocorre o período de fortalecimento da cultura do algodão, que representava uma das melhores alternativas econômicas do Estado e que foi responsável pelo surgimento de numerosas cooperativas do ramo agropecuário. Nesse período, a cooperativa se consolida, construindo um patrimônio sólido, com um parque industrial de beneficiamento de algodão. O Banco do Nordeste e o Banco do Brasil desempenharam um papel importante nesse processo de crescimento econômico da cooperativa, através de financiamento para a cooperativa e os seus associados.

No biênio 1980/1981, a cooperativa implantou com recursos próprios, uma fábrica de rações, objetivo há muito tempo desejado pelos associados. Em 1994 a crise do algodão atingiu seu ápice, afetando a cooperativa. Sua unidade de beneficiamento e industrialização do algodão foi fechada. Os fatores negativos que contribuíram para essa conjuntura desfavorável podem ser citados: a seca, o aumento da oferta de algodão no mercado internacional. O governo norte-americano subsidia os produtores de algodão tornando o algodão dos Estados Unidos mais competitivo e reduzindo o preço do produto no mercado internacional e por fim ocorreu o aparecimento da praga do bicudo do algodoeiro.

A partir deste cenário, a cooperativa reorienta suas atividades, dando ênfase à exploração pecuária que constituía o maior anseio do seu quadro de cooperados, considerando que a cidade de Morada Nova era tida, e ainda é, como uma das maiores bacias leiteiras da região. Assim, em 1995 foi criado um posto de leite, onde se recebe e vende leite dos associados, garantindo uma estabilidade nas vendas e nos preços do produto. A operação comercial com a CBL – Leite Betânia e queijoaria permanece consolidada até os dias de hoje, sendo esta, atualmente, a principal atividade da cooperativa.

Em outubro de 2007, a direção da cooperativa anunciou a reativação estratégica de uma atividade que pode dar-lhe maior sustentabilidade, ou seja, a venda, em larga escala, de castanha de caju, tendo como principal parceira comercial, Iracema - Indústria de Beneficiamento de Caju, localizada em Fortaleza. Inicialmente foram negociadas 85 toneladas de castanha e com uma perspectiva para 2008 da venda de 1.500 toneladas.

Atualmente, a cooperativa possui um quadro de 1000 associados registrados. Destes, aproximadamente 500 trabalham de forma efetiva com a cooperativa. As principais atividades comerciais da cooperativa são: a revenda de produtos agropecuários, posto de leite, fábrica de ração, serviços de patrulha mecanizada, comercialização de castanha de caju. Os principais fornecedores da Cooperativa são: MAEDA S/A Ind. e Comércio, BÜNGE Alimentos, J.MACEDO Moinho, VALLEE Produtos Veterinários e AGROCEL. Os compradores de leite da Cooperativa são: CBL – Betânia Laticínios, que adquire 35% da produção e a Queijoaria Morada Nova que fica com 65% da produção.

Uma das principais empresas parceiras da COOPEMOVA é a produtora de ração animal Torta das Neves, localizada no próprio município de Morada Nova. Fabrica tortas do caroço de algodão este proveniente dos estados do Piauí e Bahia.

A fábrica está instalada no parque industrial da Cooperativa e as instalações são alugadas à fábrica. Nessa parceria comercial, a venda de ração no município é de domínio da Cooperativa. O mercado externo é atendido pela própria fábrica. Isso permite que os cooperados comprem por um preço melhor as rações animais e tenham prioridade no atendimento no que diz respeito às vendas de ração na loja da cooperativa. Para melhor funcionamento e benefício dos associados, a COOPEMOVA concede ao seu associado crédito semanal para compra em sua loja, em média três vezes o valor da produção do cooperado.

Seu quadro de funcionários é constituído por 25 pessoas, dentre elas, técnicos agrícolas, contador, veterinário e agrônomo. O conselho fiscal é constituído por três associados e o conselho administrativo por quatro. Em 52 anos de atividades, a cooperativa nunca paralisou suas atividades empresariais.

Quanto ao aspecto político-partidário e governo local, a COOPEMOVA mantém uma ligação política com o poder público local, embora no ambiente organizacional busque evitar discussões políticas. Os presidentes anteriores da Cooperativa tiveram uma posição de liderança no município. O primeiro presidente da Cooperativa foi prefeito duas vezes, o segundo foi vice-governador do Estado e o penúltimo foi vereador. A liderança da COOPEMOVA sempre foi permeada pela política. Os líderes da cooperativa foram também líderes locais e regionais, o que parece colaborar para a sua sustentação.

A COCEDRO foi fundada, em 1960, por 153 produtores agrícolas com o objetivo de mobilizar recursos financeiros e juntar forças para solucionar os problemas correntes de interesse

coletivo: a comercialização da produção agrícola, do milho e do feijão. O produto que impulsionou o crescimento da cooperativa, COCEDRO, foi o algodão. Segundo Socorro Holanda, a cooperativa possui um patrimônio constituído por dois prédios localizados no centro do município, três tratores, máquinas e equipamentos para beneficiamento de algodão e uma fazenda. Todos estão hipotecados, devido ao endividamento dos associados junto aos bancos. A sede da COCEDRO pode ser vista no Anexo 7 – Figuras 20 e 21. Atualmente possui 120 cooperados que mantêm algum tipo de relacionamento com a cooperativa. Para o “funcionamento” da cooperativa dois funcionários fazem sua manutenção administrativo-burocrática.

No que diz respeito à relação da COCEDRO com o poder público local parece haver divergência de posição político-partidária. Se, de um lado, os líderes políticos querem usar a influência (o nome) da Cooperativa como instituição política, por outro lado, há uma resistência à idéia de uso da Cooperativa como mecanismo de homogeneização política. Sendo assim, ações conjuntas não há. O que existiu, nos últimos anos, foram parcerias eventuais e pontuais, como o uso de horas do trator da cooperativa por parte das associações rurais assistidas pela prefeitura.

Segundo os entrevistados, é difícil mobilização organizada, pois há acomodação cívica e participativa. Existe uma desarticulação dos líderes locais no que tange a trabalhar de forma conjunta, coordenada e sinérgica.

A cultura de passividade das pessoas, do individualismo e do paternalismo tem relação com a acomodação local que impede o cooperativismo produtivo. Um dos bloqueios do desenvolvimento da COCEDRO está relacionado com a desarticulação política com a prefeitura.

3.1.2 Justificativa do Objeto de Estudo

O estudo de caso desenvolvido nas duas cooperativas COPEMOVA e COCEDRO. Sua relevância é caracterizada pelo atual cenário e perspectivas econômicas do Brasil que apresentam um grande potencial econômico, principalmente para associações cooperativas agroindustriais e, de modo particular, o Nordeste possui área territorial e população para fazer uma revolução econômica e social endógena, fundamentada na formação e acumulação de capital social, e, obviamente, contando com os recursos do capital físico, natural e capital intelectual. Com isso é necessária uma série de estudos na região para suprir os empreendimentos

cooperativos e as políticas governamentais com informações e dados sobre a dinâmica social das cooperativas no Nordeste. Sendo assim, este estudo contou com o auxílio do sistema OCB-SESCOOP/CE que indicou as duas cooperativas, acima citadas, por possuírem origem e perfis semelhantes, ambas com mais de 45 anos de existência. Uma delas passa por um período de estagnação e a outra está em plena atividade. Ambas tinham a mesma atividade principal - o beneficiamento do algodão e em ambas os associados são produtores rurais.

3.2 Fonte de Dados

Utilizaram-se os dados primários oriundos da aplicação de questionários aos cooperados das duas cooperativas: COPEMOVA e COCEDRO. A finalidade é calcular um índice de capital social – ICS.

Os dados secundários utilizados tiveram como fonte o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e das demais literaturas e revistas especializadas sobre o assunto que se tornaram necessárias, e, ainda artigos, livros e revistas eletrônicas disponíveis na rede virtual – *internet*.

3.3 Métodos

Entendem-se por método os procedimentos mais amplos de raciocínio. Técnicas são procedimentos mais restritos que operacionalizam os métodos mediante emprego de instrumentos adequados (SEVERINO, 1993).

Foram utilizados os seguintes métodos: observacional e comparativo . As técnicas utilizadas são as seguintes: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo, pesquisa qualitativa e quantitativa, exploratória, estudo de caso e análise estatística.

3.4 Técnicas de Pesquisa

Pesquisa bibliográfica

Buscaram-se fontes bibliográficas em relação ao tema capital social e cooperativismo, fazendo-se uma revisão literária dos assuntos abordados.

Pesquisa de campo

Utilizaram-se técnicas de pesquisa como: questionários e entrevistas semi-estruturadas.

A mensuração do capital social está baseada no levantamento do grau de interação apresentado pelos cooperados entre si, bem como com pessoas do município e de outras localidades. O Questionário para Medir o índice de Capital Social (QMCS), utilizado no presente trabalho, foi elaborado com base no Questionário Integrado para Medir o Capital Social (QIMCS) com algumas alterações. Este foi previamente testado em campo pelo Grupo Temático sobre Capital Social (GTSCS²²), do Banco Mundial. Na Albânia e na Nigéria foram realizados testes para dar validade e fidedignidade ao questionário.

As variáveis analisadas neste estudo foram: o processo histórico do desenvolvimento das cooperativas, a tecnologia produtiva da comunidade, a formação de capital social e a relação entre capital social e a sustentabilidade da cooperativa, governança local e os benefícios gerados.

Fez-se uma análise tabular e descritiva.

Estudo de caso

É uma análise qualitativa. Caracteriza-se pela interrogação direta dos cooperados cujo comportamento e atividade se desejam conhecer.

Segundo Gil (2002), o estudo de caso é o mais completo de todos os delineamentos, pois se vale tanto de *dados de gente* quanto de *dados de papel*.

Pode também ser o estudo de um ou mais casos, sem a preocupação estatística de inferir resultados. Descreve-se e analisa-se o caso em todos os seus detalhes. É útil para o estudo de opiniões e atitudes, de história de vida e serve para ilustrar um trabalho, a partir do qual se faz o aprofundamento teórico.

²² O GTSCS - Grupo Temático Sobre Capital Social do Banco Mundial. É constituído pelos seguintes pesquisadores: Christiaan Grootaert, Deepa Narayan, Verônica Nyhan Jones e Michael Woolcock, ano 2003. Grupo Temático Sobre Capital Social do Banco Mundial.

Para Goldenberg (1997):

“Este método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir de exploração interna de um único caso. (...) o estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família ou uma comunidade, com o objetivo de compreendê-lo em seus próprios termos” (p.33-34).

3.5 Índice de Capital Social (ICS), Indicador de Qualidade de Vida do Cooperado – (IQVC) e Indicador de Desempenho da Cooperativa – (IDC).

Entre as variáveis que foram trabalhadas e analisadas estão as seguintes: grupos, redes, confiança, solidariedade, ação coletiva, cooperação, informação, comunicação, coesão, inclusão social, capacitação e ação política. Estas variáveis foram tratadas no Questionário para Medir Capital Social (QMCS) anexo. A partir daí, gerar dados quantitativos sobre as várias faces do capital social. O QI-MCS – apêndice A, pode ser dividido em sete pontos:

- 1) Grupos e redes – considera a participação do cooperado em organizações sociais formais e informais, bem como as vantagens dadas e recebidas nestas relações.
- 2) Rede (Individual) – trata das relações de amizade informal que o cooperado tem em seu cotidiano.
- 3) Confiança e solidariedade - leva em conta dados sobre a confiança nos relacionamentos interpessoais do cooperado, inter e extrafamiliar.
- 4) Ação coletiva e cooperação - investiga as relações de trabalho na célula familiar, nos produtos em conjuntos e na punição de ações oportunistas.
- 5) Informação e comunicação – como se dá o fluxo de informações e a facilidade de comunicação dos cooperados na comunidade e com outras regiões.
- 6) Coesão e inclusão social – buscar identificar como se processam as interações entre os cooperados inter e intra-cooperativa.
- 7) Autoridade (ou capacitação) [empowerment] e ação coletiva – envolve o nível de empoderamento psicosocial dos cooperados e ainda a capacidade dos cooperados de agir agregadamente.

Estas variáveis serviram de indicação para a formação do índice de capital social.

A construção do índice de capital social seguiu os seguintes passos:

- Aplicação do QMCS nos cooperados que fazem parte das cooperativas.
- Ponderação (Pi) dos pontos indicadores de capital social, conforme avaliação de importância realizada pelos cooperados, no qual o seu somatório é igual a 1.
- Utilizando a fórmula apresentada por Tabosa (2005), escalona-se o desempenho de cada componente que constitui o capital social (EDi) a partir dos resultados obtidos dos questionários, dividi-se pelo número de entrevistados.

O índice de capital social foi calculado pelas seguintes equações:

$$EDi = \frac{1}{N} \sum_{j=1}^N \left(\frac{\sum_{s=1}^m Esj}{\sum_{s=1}^m Emax sj} \right)$$

Onde:

EDi = escalas de desempenho dos componentes determinantes de capital social, variando de 0 a 1
($0 \leq EDi \leq 1$);

Esj = score da s – enésima questão obtida pelo j – ésimo entrevistado;

Emaxsj = score máximo da s-ésima questão;

i = número de componentes formadores do índice;

s = 1.....m, número de questões, no componente “i”;

j = 1.....N, número de entrevistados.

O índice de capital social (ICS) da cooperativa é dado pelo somatório do produto da Ponderação²³ (Pi), multiplicado pela escala de desempenho de cada indicador determinante de capital social (EDi):

$$ICSi = \sum_{i=1}^n (Pi * EDi)$$

Propondo que ICS varia de 0 a 1, dentro dos intervalos seguintes:

Baixo estoque de capital socialde 0 a 0,5

Médio estoque de capital social.....de 0,5 a 0,8

Alto estoque de capital social.....de 0,8 a 1,0

²³ O peso para ponderações dos componentes de determinação do ICS, foi dado por um grupo de 4 especialistas em cooperativismo – vide anexo 8, p.97.

Para complementar a análise do índice de capital social nas cooperativas foram calculados dois indicadores: um de qualidade de vida: IQV, com oito variáveis; e outro de satisfação dos cooperados com o desempenho geral da cooperativa: IDC, com doze variáveis. Utilizando a mesma fórmula para ambos os indicadores, que, por sua vez é semelhante à fórmula utilizada para o *EDI* do índice de capital social.

Para calcular o indicador de qualidade de vida (IQV), que varia entre 0 e 1, foi utilizada a equação:

$$IQV = \frac{1}{A} \sum_{j=1}^A \left(\frac{\sum_{s=1}^m Vsj}{\sum_{s=1}^m Vmax sj} \right)$$

Vsj = escore da s – enésima questão obtida pelo j – ésimo entrevistado;

$Vmaxsj$ = escore máximo da s -ésima questão;

A = número de entrevistados.

$s = 1.....m$, número de questões;

$j = 1.....A$, número de entrevistados.

Para calcular o indicador de satisfação dos cooperados com o desempenho geral da cooperativa– IDC, que varia entre 0 e 1, foi utilizada a equação seguinte:

$$IDC = \frac{1}{M} \sum_{j=1}^M \left(\frac{\sum_{s=1}^m Ysj}{\sum_{s=1}^m Ymax sj} \right)$$

Ysj = escore da s – enésima questão obtida pelo j – ésimo entrevistado;

$Ymaxsj$ = escore máximo da s -ésima questão;

M = número de entrevistados.

$s = 1.....m$, número de questões, no componente “i”;

$j = 1.....A$, número de entrevistados.

3.6 Tamanho da Amostra

Amostra é a parte da população que é tomada como objeto de investigação da pesquisa.

Este trabalho foi realizado com base em dados primários, coletados junto aos cooperados da COOPEMOVA e COCEDRO, por meio de dois questionários: o questionário integrado para medir o capital social (*vide* APÊNDICE A) e o questionário para medir a satisfação dos cooperados (APÊNDICE B).

A pesquisa não considerou os cooperados das cooperativas que estavam registrados, porém se encontram inativos há vários anos. Isso poderia viesar os resultados. Na COOPEMOVA, o número de cooperados que mantêm algum tipo de operação com a cooperativa é de 500; na COCEDRO, esse número é igual a 120.

Foi utilizada a fórmula de cálculo para amostra de populações finitas. Aqui a população é o conjunto de cooperados das duas cooperativas. Conforme Muniz & Abreu (1999), o cálculo do tamanho da amostra para populações finitas é seguinte:

$$n = \frac{\sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{\sigma^2 (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n – tamanho da amostra

σ^2 – nível de confiança escolhido, expresso em número de desvio-padrão

p – percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q - percentagem complementar (1-p)

N – tamanho da população

Admitindo $N = 620$, $p = 0,5$, $q = 0,5$, $\sigma = 1,96$ e $e = 0,07$, temos:

$$n = \frac{(1,96)^2 \cdot (0,5) \cdot (0,5) \cdot 620}{(0,07)^2 \cdot (620-1) + (0,07)^2 \cdot (0,5) \cdot (0,5)} = 149$$

Então, chegamos ao tamanho da amostra e dividimos, de forma proporcional, a quantidade de associados de cada cooperativa: COOPEMOVA – 120 associados entrevistados e COCEDRO, 29 associados (Tabela 6). Usando a fórmula acima citada, calculou-se a amostra de cada cooperativa.

Tabela 6 - Distribuição do tamanho da amostra.

Cooperativa	População	Proporção	Amostra
COOPEMOVA	500	0,81	120
COCEDRO	120	0,19	29
Total	620	1,00	149

Fonte: Elaboração própria.

CAPÍTULO IV

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados os resultados do cálculo do índice de Capital Social da Cooperativa Mista de Morada Nova (COOPEMOVA) e da Cooperativa Agrícola e Industrial de Cedro (COCEDRO). Em complementação às discussões do estoque de capital social das cooperativas foi realizada uma análise dos indicadores: Qualidade de Vida dos Cooperados – IQV e Satisfação dos Cooperados com o desempenho geral da cooperativa – ISC, das duas cooperativas. Fez-se análise tabular, em termos percentuais, dos dados coletados nos questionários: Qualidade de Vida dos Cooperados e Satisfação dos Cooperados com o desempenho geral da cooperativa. Também é abordada a identificação das estratégias sociais e comerciais de cada cooperativa que permitiram às cooperativas se manterem por mais de 45 anos de existência.

4.1 Índice de Capital Social nas Cooperativas - ICS

O índice de capital social foi determinado por sete componentes: grupos e redes, redes (individual/amizades, informais), confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação, coesão e inclusão social e autoridade ou capacitação e ação coletiva.

As duas cooperativas apresentaram o ICS dentro da faixa de estoque de capital social médio, que é de 0,5 a 0,8, como apresentado nas tabelas 7 e 8. De elevado ou alto estoque de capital social fica entre 0,8 e 1,0; e de baixo estoque de capital social, de 0 a 0,5.

Tabela 7 - Índice de capital social da COOPEMOVA.

COOPEMOVA	EDi	Peso	Pi x EDi
Grupos e Redes	0,626582	0,1250	0,078323
Rede Individual	0,708854	0,0750	0,053164
Confiança e Solidariedade	0,641548	0,1625	0,104251
Ação Coletiva e Cooperação	0,673077	0,3000	0,201923
Informação e Comunicação	0,54435	0,1125	0,061239
Coesão e inclusão social	0,649638	0,1125	0,073084
Autoridade ou Capacitação e Ação Política	0,692525	0,1125	0,077909
Índice de Capital Social (ICS)			0,65000

Fonte: Elaboração própria.

O ICS da COOPEMOVA foi igual a 0,6500, levemente maior que o ICS da COCEDRO, 0,6110. Dos sete determinantes do índice de capital social, mostraram-se preponderantes na COOPEMOVA com relação à COCEDRO, dois: ação coletiva e cooperação, e informação e comunicação, com contribuição para a formação do índice de 0,201923 e 0,061239, respectivamente. Isso se deve à maior participação dos associados da COOPEMOVA que frequentam as reuniões e utilizam a estrutura física e administrativa, o que não foi percebido na COCEDRO, atualmente apresenta-se estacionada no que diz respeito à produção. A COOPEMOVA é para os padrões da região Nordeste uma referência no que tange à longevidade de atuação produtiva. Dispõe de acesso à internet e possui um *software* administrativo-financeiro que permite a gestão administrativa, de forma detalhada, com um banco de dados com informações gerais de todos os associados.

A COCEDRO revelou um nível de capital social elevado para uma cooperativa que se encontra comercialmente inativa. Isso se deve à visão de seus cooperados que a cooperativa foi e poderá vir a ser uma alternativa de apoio às suas operações produtivas e comerciais. E também, aos longos anos, a cooperativa tem um nome comercial forte que se sustenta graças a um passado produtivo e grandioso em que auxiliava os cooperados na aquisição de máquinas agrícolas, terrenos e até de casa própria. Sendo assim, a pontuação elevada do índice de capital social da COCEDRO tem como fonte os longos anos de existência – 48 - e os benefícios gerados aos cooperados em períodos passados. Percebe-se assim, de modo evidente, que a COOPEMOVA possui uma orientação empresarial maior e que a COCEDRO se guia numa visão mais de cooperação social, isto é, o ponto forte da mesma estar numa visão solidária e de assistência aos cooperados. Nesse contexto, segue a análise do ICS da COCEDRO.

Para Nicélio²⁴, presidente do conselho da OCB-SESCOOP/CE, o índice de capital social deveria ser o principal parâmetro para medir o sucesso de uma cooperativa.

Pode-se verificar na tabela 8 a contribuição dos componentes na formação do ICS da COCEDRO.

Tabela 8 – Índice de capital social da COCEDRO.

COCEDRO	EDi	Peso	Pi x EDi
Grupos e Redes	0,635967	0,1250	0,079496
Rede Individual	0,922414	0,0750	0,069181
Confiança e Solidariedade	0,655665	0,1625	0,106546
Ação Coletiva e Cooperação	0,472149	0,3000	0,141645
Informação e Comunicação	0,496786	0,1125	0,055888
Coessão e Inclusão Social	0,701649	0,1125	0,078936
Autoridade ou Capacitação e Ação Política	0,704868	0,1125	0,079298
Índice de Capital Social (ICS)			0,6110

Fonte: Elaboração própria.

A COCEDRO apresentou pontos fortes na formação de seu índice e destacados com relação à COOPEMOVA nos seguintes componentes: grupos e redes, redes (individual), coessão, inclusão social e autoridade ou capacitação e ação política. É fácil constatar esse destaque, visto que há uma cultura de confiança e associação no município de Cedro. A maioria dos associados da COCEDRO também participa de associações comunitárias rurais, sendo que os componentes grupos e redes e rede (individual) foi significativamente bem maior que esse mesmo componente na COOPEMOVA, devido ao número de amigos da rede pessoal dos associados e a presença de associações rurais.

Por outro lado, essa rede (que é mais centralizada no indivíduo) com forte pontuação, denuncia, de certa forma, uma visão da Cooperativa não como um negócio, mas como extensão de uma rede de amizade, onde se busca ajuda e auxílio em momentos difíceis, mas sem o pragmatismo empreendedor de produção e de comércio. Outro ponto é que as associações rurais do município provêm os agricultores com serviços de horas de trator e assessoria nos assuntos e demandas rurais, com forte componente assistencialista orientado pelo governo local, o que, de

²⁴

João Nicélio Alves Nogueira.

certa forma, reduz as demandas destes junto à COCEDRO, tornando um desafio para esta inovar no que diz respeito a recaptar os associados registrados, em torno de 500, e manter os 120 que conservaram alguma forma de vínculo ativo com a cooperativa.

As duas cooperativas possuem índices de capital social médio, como pode ser comparado e visto na tabela 9 a seguir.

Tabela 9 – ICS das cooperativas: COCEDRO e COOPEMOVA.

Componentes	COCEDRO	COOPEMOVA
Grupos e Redes	0,079496	0,078323
Rede Individual	0,069181	0,053164
Confiança e Solidariedade	0,106546	0,104251
Ação Coletiva e Cooperação	0,141645	0,201923
Informação e Comunicação	0,055888	0,061239
Coessão e Inclusão Social	0,078936	0,073084
Autoridade ou Capacitação e Ação Política	0,079298	0,077909
Índice de Capital Social – ICS	0,61100	0,65000

Fonte: elaboração própria.

Segundo informações colhidas com os cooperados da COCEDRO, há dificuldade de eleição da diretoria por falta de *quorum*. Reuniões para deliberações de ações administrativas e operacionais se mostram mais difíceis ainda. Isso revela certa contradição dos entrevistados quando revelaram no questionário que participam e dão sugestões nas assembleias da cooperativa. Em resumo, a COCEDRO apresentou cinco componentes com contribuições relativamente maiores que a COOPEMOVA para o ICS. Porém o componente relativamente inferior ao da COOPEMOVA, ação coletiva e cooperação, é fundamental para o êxito de qualquer organização associativa.

Informação e comunicação é outro componente em que a COOPEMOVA mostrou maior pontuação, sendo importante para a tomada de decisões, a articulação de negócios e a realização de parcerias.

A ação coletiva e o espírito cooperativo é que movem a cooperativa. O aspecto apontado pelos especialistas em cooperativismo é o de maior peso. Informação e comunicação formam um componente fundamental para o funcionamento eficiente de qualquer empresa, ainda mais se esta é uma cooperativa que envolve um número elevado de associados.

Se o fluxo de informação e comunicação não for claro e o mais preciso possível, todas as operações do empreendimento cooperativo podem se encontrar em risco de ineficiência e de comportamento oportunista. Isso significa a má operacionalidade das ações administrativas, e, principalmente, das comerciais. Percebeu-se durante as entrevistas que os cooperados têm uma resistência a mudanças no que tange às alternativas de novas culturas agrícolas e em processos de aprendizagem de novas tecnologias. Suas esperanças estão fixa no plantio do algodão, pois segundo os cooperados a vocação agrícola da região é a cultura do algodão; em seguida argumentam a forte demanda pelo produto no mercado regional.

Entre as duas cooperativas, as diferenças marcantes estão no nível de organização, visão de negócio, no estabelecimento de normas, regras e punição de comportamento inadequado aos princípios do cooperativismo, como o “carona” ou oportunistas. A COPEMOVA apresenta melhor nível de organização, tanto da estrutura administrativa, quanto de informação, conta com um banco de dados com informações do perfil dos associados; possui um sistema informal de “punição” para os associados que violam regras da cooperativa. A admissão de associados é criteriosa.

A COCEDRO mostra-se desestruturada organizacionalmente, com máquinas e equipamentos obsoletos²⁵, conta com dois funcionários que tratam das obrigações burocráticas da cooperativa visando à sua manutenção até que se possa encontrar uma alternativa para a sustentabilidade econômica.

Tabela 10 – Teste das médias dos componentes do ICS.

Fator	Cooperativa	N	Média	Desvio-Padrão	p-valor
Média dos itens de grupos e redes	COPEMOVA	120	1,77	0,0878	0,192
	COCEDRO	29	1,79	0,0894	
Média dos itens de rede (individual)	COPEMOVA	120	2,84	0,8702	0,000*
	COCEDRO	29	3,69	0,2727	
Média dos itens de confiança e solidariedade	COPEMOVA	120	3,00	0,4084	0,417
	COCEDRO	29	3,07	0,3137	
Média dos itens de ação coletiva e cooperação	COPEMOVA	119	2,97	0,7283	0,000*
	COCEDRO	29	2,05	0,5544	
Média dos itens de informação e comunicação	COPEMOVA	120	4,64	0,8493	0,010**
	COCEDRO	29	4,19	0,7647	
Média dos itens de coesão e inclusão social	COPEMOVA	120	2,51	0,3393	0,011**
	COCEDRO	29	2,69	0,2843	

²⁵ Os documentos são escritos em máquina de datilografia. Os arquivos com documentos e dados dos associados se encontram na forma de papel guardados em armários de ferro.

Média dos itens de autoridade ou capacitação e ação política	COOPEMOVA	120	2,62	0,3445	0,373
	COCEDRO	29	2,66	0,1824	

* Significante a 0,01 ** Significante a 0,05

Fonte: Elaboração própria.

Utilizando o teste “t” de Student para comparação das médias entre as duas cooperativas, observa-se que nos componentes redes, ação coletiva e cooperação, informação e comunicação e no fator coesão e inclusão social essas médias são significativamente diferentes entre si. Os demais componentes podem ser considerados estatisticamente iguais (*vide* Tabela 10).

Como esperado, a COOPEMOVA, que apresenta êxito em seus empreendimentos e sustentabilidade ao longo dos anos, mostrou maior estoque de capital social e os seus cooperados apresentaram mais satisfação com o desempenho da cooperativa. A COCEDRO revelou que, mesmo sem atividades, possui estoque de capital social e que os seus associados mostraram um nível de qualidade de vida igual aos dos associados da COOPEMOVA, e, que continuam a confiar numa possível recuperação das atividades da cooperativa.

4.2 Indicador de Qualidade de Vida – IQV

Este indicador considera os componentes como: assistência médica no município, a frequência dos filhos dos cooperados à escola, a propriedade da habitação em que vivem os cooperados, tipo de energia utilizada nas residências, destino dos dejetos humanos, qualidade da água de beber, equipamentos, máquinas e utensílios que os cooperados possuem e, por último, o lazer dos cooperados quando eles dispõem de tempo. Os indicadores de qualidade de vida dos cooperados podem ser vistos na Tabela 11.

Tabela 11 – Indicador de qualidade de vida.

COOPEMOVA 1	IQV
Qualidade de vida	0,704688
COCEDRO 2	
Qualidade de vida	0,661638

Fonte: Elaboração própria.

Calculando a RCQV – relação do componente qualidade de vida entre os cooperados das cooperativas, temos:

$$IQV_1 - \text{da COCEDRO (1)} = 0,661638$$

$$IQV_2 - \text{da COOPEMOVA (2)} = 0,704688$$

$$\text{Obtém-se: } RIQV = \frac{IQV_2}{IQV_1} = 1,065$$

Quando $RIQV = 1$ indica que os cooperados da COCEDRO possuem qualidade de vida igual aos cooperados da COOPEMOVA. $RIQV < 1$ indica que os cooperados da COOPEMOVA possuem menos qualidade de vida do que os cooperados da COCEDRO. Quando $RIQV > 1$ indica que os cooperados da COOPEMOVA possuem em média, uma qualidade de vida melhor do que os cooperados da COCEDRO. Como o resultado da $RIQV$ é estatisticamente igual, isso significa que a qualidade de vida dos cooperados das duas cooperativas, em média, são semelhantes.

Para corroborar o resultado será realizada uma análise tabular e descritiva envolvendo 25 cooperados entrevistados de cada cooperativa. Embora os indicadores de qualidade de vida das duas cooperativas sejam estatisticamente iguais, com uma leve superioridade da COOPEMOVA, o *ranking* estadual do IDH-M mostra o município de Morada Nova ocupando melhor posição que o Cedro, segundo os dados do IDH-municipal de 2005 na Tabela 12, onde o IDH-M de Morada Nova, 0,670, é maior que o IDH-M de Cedro, 0,634. Assim todos os outros índices apresentam o município de Morada Nova em melhor posição no que diz respeito a qualidade de vida da população.

O índice de esperança de vida é o que mostra maior diferença entre os municípios e revela, de maneira conclusiva, melhor qualidade de vida no município de Morada Nova, embora se saiba que é essa uma análise estática, que ajuda a verificação de uma superioridade da qualidade de vida dos cooperados residentes em Morada Nova. De modo geral, parece haver uma relação entre o IDH-M e a presença de cooperativas, pois, na média, os grupos de municípios onde há cooperativas instaladas, o IDH-M é maior em todas as regiões brasileiras, conforme pode ser visto na Tabela 12.

Tabela 12 – Relação entre IDH-M e presença de cooperativa

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	Brasil
IDH dos municípios sem cooperativas	0,727	0,600	0,647	0,730	0,763	0,666

IDH dos municípios com cooperativa	0,757	0,633	0,694	0,760	0,789	0,701
------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------	-------

Fonte: OCB/CE. IDH-M – média por região.

A COCEDRO possui maior valor percentual em ações que dizem respeito ao Estado, como educação, saúde e saneamento básico. Quando as questões envolvem fatores como renda, aquisição de bens e lazer, os associados da COPEMOVA apresentam maior valor percentual. Esses são pontos indiretamente relacionados à associação na cooperativa. o atendimento médico no município de Cedro parece sugerir o de Morada Nova, onde 56% conseguem atendimento médico e 12 % só encontram atendimento via agente de saúde, enquanto em Morada Nova 56% dos entrevistados percebem a ausência de médicos quando precisam.

Tabela 13 – Índice de desenvolvimento humano municipal (IDH-M) 2000.

Município	Esperança de vida ao nascer	Tx. Alfab. de adultos	Índ. de esperança de vida	Índice de educação	Índice de PIB	Índice de Des.Humano Municipal	Renda Per Capita	Ranking estadual
Morada Nova	69,912	0,649	0,749	0,705	0,556	0,670	109,39	28
Cedro	64,762	0,639	0,663	0,704	0,534	0,634	95,591	83

Fonte: IPECE.10/03/2008.

O nível de frequência à escola dos filhos dos cooperados é maior no município de CEDRO. Esse dado parece não revelar a realidade mas aponta que o governo local disponibiliza recursos e estrutura para os cidadãos do município. Por outro lado, esse número não é compatível com os dados do IBGE que indicam 13.890 matrículas no ensino fundamental, em 2006, no município de Morada Nova. Cedro detém em 4.897 matrículas. Em termos relativos a população é quase igual, em torno de 20%. Com relação à habitação, energia e destino dos dejetos humanos (saneamento básico) os percentuais são levemente diferentes. Em relação à água de beber dos cooperados entrevistados da COPEMOVA, 92% conseguem ter acesso à água tratada. Quando não, compram algum tipo de aparelho que viabilize o tratamento. No Cedro, os cooperados da COCEDRO têm menor acesso à água tratada, 44%, possivelmente porque o número de cooperados que residem na área rural é maior que o dos cooperados da COPEMOVA. Estes, em sua maioria, residem na cidade e no campo, alternadamente.

Na sétima questão, quanto à propriedade de máquinas, equipamentos, transporte e aparelhos domésticos, os cooperados da COOPEMOVA têm maior nível de posse. Chegam a 18% os que têm automóvel, máquinas agrícolas, demais máquinas e equipamentos de trabalho e aparelhos de uso doméstico, enquanto na COCEDRO é de apenas 8%. Quando se reduzem os bens de maior peso, como automóvel e máquinas agrícolas, os números se invertem. Os cooperados da COCEDRO, cerca de 56%, chegam até a transporte de pequeno porte como moto, e a posse de aparelhos domésticos, como geladeira. Apenas 20% dos cooperados da COOPEMOVA possuem esses itens. Quando se chega no nível de equipamentos, ferramentas, aparelhos do lar básicos, os cooperados da COOPEMOVA chegam a 48%, enquanto os da COCEDRO não foram registrados. Isso parece indicar que, em Morada Nova, embora possua maior PIB *per capita*, cerca de R\$ 3.129,60, e Cedro, em torno de R\$ 2.091,93, há uma concentração de renda. Segundo dados do IBGE, ano 2006, o número de estabelecimentos agropecuários com tratores em Morada Nova é de 208 e em Cedro atinge 9. Outra informação complementar é que área irrigada em Morada Nova chega a 6.047 ha, enquanto em Cedro atinge 156 ha.

Quanto ao tempo destinado a lazer dos cooperados entrevistados da COOPEMOVA, cerca de 88% possuem algum tipo de lazer. Apenas 12% afirmaram não dispor de tempo para esse tipo de atividade. Somente apenas 24% dos da COCEDRO afirmaram disponibilidade de tempo para lazer, grande parte (76%) não dispõe de tempo. Esses números parecem indicar que a presença mais efetiva do governo municipal do Cedro tende a propiciar, direta e indiretamente, melhoria para a qualidade de vida dos cooperados. No que tange aos cooperados da COOPEMOVA, a qualidade de vida se mantém mais em razão do nível de renda e atitude social. Os dados dos municípios citados se referem ao ano de 2006, tendo como fonte o IBGE²⁶.

Tabela 14 - Qualidade de vida dos cooperados.

Questões	Escores	COOPEMOVA	COCEDRO
1.1 Quanto ao atendimento e presença de atendimento médico em seu município:			
Presença de médico e consegue atendimento	3	32%	56%
Atendimento por agente de saúde	2	0%	12%
Presença de médico, porém não consegue atendimento	1	12%	28%
Ausência de médico	0	56%	4%
1.2 Seus filhos frequentam (ou frequentaram) a escola?			
Todos	2	12%	88%
Nem todos	1	56%	12%

²⁶

Disponível em: www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php. Acessado em: 26/12/2007.

Não	0	32%	0%
Ir			
Mora em casa própria	2	96%	100%
Mora em casa alugada	1	4%	0%
Não tem casa própria	0	0%	0%
1.3 A energia usada na sua residência é:			
Energia elétrica	1	96%	100%
Lampião a querosene ou a gás ou lamparinas	0	4%	0%
1.4 Destino dado aos dejetos humanos:			
Dirigida pra fossa ou rede de esgoto	1	92%	96%
Jogado a céu aberto ou enterrado	0	8%	4%
1.5 A água de beber de sua residência é oriunda de:			
Sistema de bombeamento d'água depois e tratada	1	92%	44%
Açúde ou caçimba	0	8%	56%
1.6 Em sua propriedade e residência, você possui:			
Automóvel, máquinas agrícolas e demais bens dos itens anteriores	3	16%	8%
Geladeira, moto, máq. e equip. de som, TV, fogão a gás e utensílios	2	20%	56%
Máq.de costura, equip.de som, TV, fogão a gás e demais utensílios	1	16%	36%
Rádio, ferro de engomar e equip., ferramentas agrícolas de peq. porte	0	48%	0%
1.7 Quanto ao seu lazer e de sua família.			
Que tipos de alternativas você tem e efetivamente usufrui em seus momentos de folga?			
Ir à cidade para festas, feiras, cinema e shopping	3	28%	0%
Ir à açúde e fazer compras	2	44%	4%
Açúde e outras atividades no sítio	1	16%	20%
Nenhuma	0	12%	76%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados coletados com 25 cooperados de cada cooperativa, via questionário, no Apêndice B, p. 86.

4.3 Indicador de satisfação do cooperado - IDC

Um segundo ponto a ser discutido é quanto à satisfação dos cooperados com o desempenho da cooperativa a qual pertence, importando aspectos como os comerciais, aceitação de idéias pela direção, apresentação de sugestões por parte dos cooperados e preço dos produtos vendidos via cooperativa.

A COPEMOVA apresenta números percentuais mais elevados nas questões que envolvem gestão, comercialização e vantagens econômicas como associados da cooperativa (Tabela 15). É importante assinalar que a COCEDRO tem percentuais elevados em alguns pontos como: prestação de contas com associados, benefícios e repasses de custeio, aceitação de sugestões, efetivação das decisões tomadas nas assembleias e quanto a imparcialidade dos beneficiários de repasse de custeios.

Na COCEDRO, os valores percentuais expressivos nesses itens parecem devidos aos seguintes fatores: pouca ou ausência de reuniões e atividades na cooperativa para um reduzido número de cooperados que aparecem nas reuniões, o que possibilita a rápida tomada de decisões com reduzido debate ou ausência dele. Muito do que foi colocado pelos cooperados da COCEDRO advém mais de uma visão ideal do que do real cotidiano da cooperativa. Como pode-se verificar na tabela abaixo.

Tabela 15 – Indicador de satisfação do cooperado

COPEMOVA	IDC
Satisfação dos cooperados 1	0,479798
COCEDRO	
Satisfação dos cooperados 2	0,461860

Fonte: Elaboração própria.

Este segundo indicador (IDC), leva em conta: a satisfação com o desempenho geral da cooperativa, a participação e frequência nas assembleias, a obtenção de custeio e assistência ao cooperado, vantagem econômica para o cooperado, satisfação com a política de preços da cooperativa e satisfação comercial com as operações da cooperativa.

Calculando a razão, RIDC – relação do componente satisfação com a cooperativa entre as duas cooperativas, temos:

$$IDC_1 - \text{desempenho da COCEDRO} = 0,461860$$

$$IDC_2 - \text{desempenho da COPEMOVA} = 0,479798$$

$$\text{Obtém-se: } RIDC = \frac{IDC_2}{IDC_1} = 1,0388$$

Quando $RIDC > 1$ indica que os cooperados da cooperativa mais desenvolvida possuem melhor grau de satisfação com o desempenho da cooperativa do que o cooperado da cooperativa menos desenvolvida. Quando $RIDC = 1$ indica que os cooperados da cooperativa menos desenvolvida possuem grau de satisfação igual ao da cooperativa mais desenvolvida. $RIDC < 1$ indica que os cooperados da cooperativa mais desenvolvida possuem menos satisfação do que os cooperados da cooperativa menos desenvolvida.

A satisfação dos associados da COPEMOVA é levemente maior que a satisfação dos associados com a COCEDRO. Isso pode ser explicado por certo grau de acomodação dos associados da COCEDRO e do grau de satisfação destes com o esforço da presidente da cooperativa, Sra. Socorro Holanda. Nos últimos anos, ela vem tentando dar um novo rumo e revigorar os negócios da cooperativa. Percebeu-se também que os cooperados da COCEDRO

vêm a cooperativa mais como uma instituição de ajuda aos cooperados, embora eles tenham consciência de serem donos da cooperativa. Parece faltar a visão de cooperativa enquanto empresa. A tabela 16 mostra a satisfação dos cooperados com a sua respectiva cooperativa.

Tabela 16 – Satisfação do cooperado com o desempenho da cooperativa.

Questões	Escores	COOPEMOVA	COCEDRO
2.1 Você está satisfeito com o desempenho geral da cooperativa?			
Sim	2	76%	36%
Em parte estou	1	24%	16%
Não	0	0%	48%
2.2 Você assiste às assembléias gerais ou reuniões da cooperativa?			
Sempre	2	32%	76%
Às vezes	1	60%	8%
Nunca	0	8%	16%
2.3 Nas assembléias gerais ou reuniões, você apresenta sugestões?			
Sempre	2	20%	32%
Às vezes	1	52%	28%
Nunca	0	28%	40%
2.4 As sugestões apresentadas pelos associados são bem aceitas pelos dirigentes da Cooperativa?			
Sim	2	60%	100%
Às vezes	1	40%	0%
Não	0	0%	0%
2.5 As decisões tomadas nas assembléias gerais são efetivamente executadas pela Diretoria?			
Sim	1	96%	100%
Não	0	4%	0%
2.6 Os investimentos (em imóveis e valores elevados) que a Cooperativa realiza são submetidas e aprovados nas assembléias gerais?			
Sim	1	96%	100%
Não	0	4%	0%
2.7 A Cooperativa realiza a prestação de contas com os associados?			
Sim	1	96%	100%
Não	0	4%	0%
2.8 Há repasse de custeio para os associados?			
Sim	2	0%	4%
Às vezes	1	100%	0%
Não	0	0%	96%
2.9 Beneficiários dos repasses de custeio, geralmente, (quando há) são:			
Todos os associados, independente do município em que se encontra	4	20%	100%
Todos os associados do município que não tenham dívidas na Cooperativa	3	68%	0%
Só os associados que se encontram operando com a Cooperativa	2	4%	0%
Só os associados do município onde se encontra a sua sede social	1	4%	5%
Só os associados conhecidos da diretoria	0	4%	0%
2.10 Há vantagem econômica e de qualidade em comprar insumos via Cooperativa?			
Sim	1	96%	72%
Não	0	4%	28%
2.11 O preço dos produtos vendidos via Cooperativa são:			
Menores do que os dos concorrentes	2	4%	100%
Iguais aos dos concorrentes	1	92%	0%
Maiores do que os dos concorrentes	0	4%	0%
2.12 O nível de satisfação comercial com as operações da Cooperativa:			
Muito satisfatório	3	4%	0%
Satisfatório	2	76%	16%
Pouco satisfatório	1	20%	64%
Insatisfatório	0	0%	20%

Fonte: Elaboração própria, com base em dados coletados com 25 cooperados de cada cooperativa, via questionário, Apêndice B, p. 93.

Utilizando o teste “t” de Student para comparação das médias entre as duas cooperativas, observa-se que nos fatores qualidade de vida as médias são significantes a 5%; satisfação dos cooperados, as médias são significantes, apresentadas na Tabela 17 .

Tabela 17 – Teste de médias – IQV e IDC.

Fator	Cooperativa	N	Média	Desvio-Padrão	p-valor
Média dos itens do IQV	COOPEMOVA	120	1,4111	0,32968	0,049**
	COOCEDRO	29	1,3233	0,17203	
Média dos itens do IDC	COOPEMOVA	120	1,3261	0,20996	0,274
	COOCEDRO	29	1,2769	0,24261	

** Significante a 0,05

Fonte: Elaboração própria.

Estratégias sociais e comerciais da COOPEMOVA e COCEDRO

Segundo Nicélio (*op. cit.*), para que a cooperativa possa ter um desenvolvimento sustentável são necessários os seguintes quesitos: regras e normas, os associados com nível de escolaridade que permita ler, escrever e fazer análise crítica do mercado (o que dificulta manobras oportunistas dos associados mais escolarizados, comerciantes e de outros agentes econômicos), boa gestão de informação, produtos de qualidade, honestidade dos líderes. Cada associado contribui com sua produção e, administrativamente, de acordo com as suas vantagens comparativas; visão estratégica de mercado. Um dos fatores que atrapalham mais o desenvolvimento das cooperativas é a falta de capital social; na prática, é representada pela falta de participação dos associados, da consciência de que a cooperativa é de todos. Cooperativa não se cria. Primeiro tem de haver a demanda, a potencialidade e a viabilidade do negócio para abertura de uma cooperativa. Os associados de cooperativas têm de perceber a cooperativa como uma empresa que deve mostrar resultados financeiros e/ou sobras positivos. Para Aparecido²⁷, superintendente da OCB-SESCOOP/CE, a sustentabilidade de uma cooperativa se conquista com uma gestão profissionalizada, visão de mercado, elevação do nível de escolaridade dos associados, capacitação dos funcionários, combate à cultura do individualismo desmedido e organização do quadro social. Praxedes²⁸, ex-presidente da COOPEMOVA, com mais de 25 anos de experiência em cooperativismo, assinala que há quatro pontos que sustentam uma cooperativa:

²⁷ José Aparecido dos Santos.

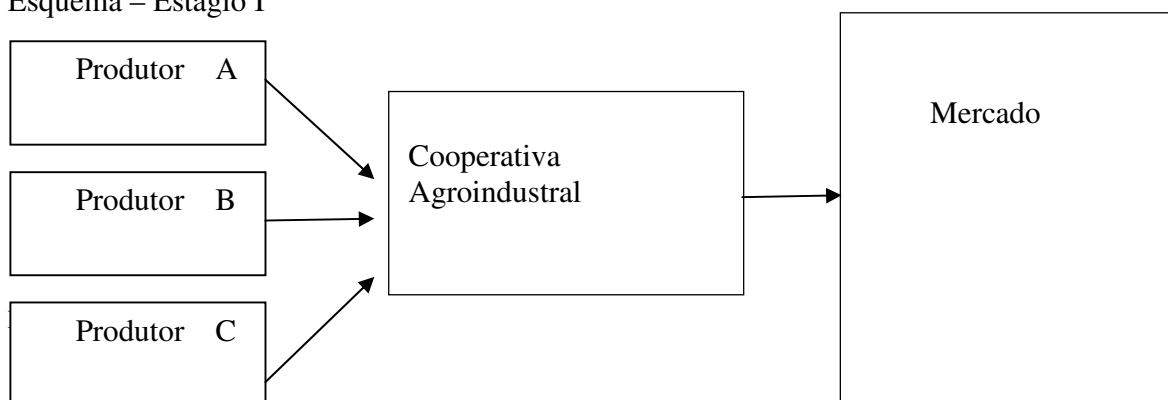
²⁸ José Praxedes Filho. É pai do atual presidente da COOPEMOVA.

primeiro, a necessidade de sua existência; segundo, a viabilidade do negócio – potencial para crescer; terceiro, capital financeiro mínimo; e, por último, uma administração competente, honesta, consciente do espírito cooperativista.

Os resultados desse capítulo demonstram que a cooperativa, COPEMOVA, que apresentou maior índice de capital social, também desenvolveu soluções para a manutenção de seus negócios. A cooperativa COCEDRO, apesar de todo o esforço de seus líderes, não tem conseguido desenvolver suas atividades produtivas e potencialidades.

Para tornar a análise das operacionalizações comerciais das cooperativas e associados, foram elaborados três Esquemas²⁹ (vide figuras 5,6 e 7).

Esquema – Estágio I



Esse é o esquema ideal, onde os produtores agropecuários colocam toda a produção na cooperativa. Esta processa e beneficia toda ou uma parcela maior da produção para vender para o mercado através de uma cooperativa central ou diretamente para os consumidores locais, armazéns distribuidores, empresas transnacionais que atuam nacionalmente ou que exportam para outros países.

É o esquema mais freqüente em cooperativas em que há um elevado estoque de capital social e um amadurecimento do espírito cooperativo, ou seja, os princípios cooperativos são notórios, onde os produtores conseguem atingir grande parte de seus interesses e, ao mesmo tempo, agem em conformidade com os interesses de todos os associados. Os produtos são de boa qualidade e a cooperativa consegue propiciar aos cooperados uma assistência e capacitação

²⁹ Esses esquemas foram elaborados com base no estudo da literatura especializada em capital social e cooperativas, e melhorado com sugestões e relato de experiência no cotidiano de especialistas entrevistados nesta pesquisa. É apresentado de forma simplificada para tornar a análise das relações mais elucidativas.

técnica de qualidade, com uma política de crédito própria e diferenciada do mercado. É mais comum em países de economia desenvolvida e em cooperativas de tamanho e maturidade maior. A presença de capital social é utilizada ao máximo para manter a sustentabilidade da cooperativa no longo prazo.

Esquema – Estágio II

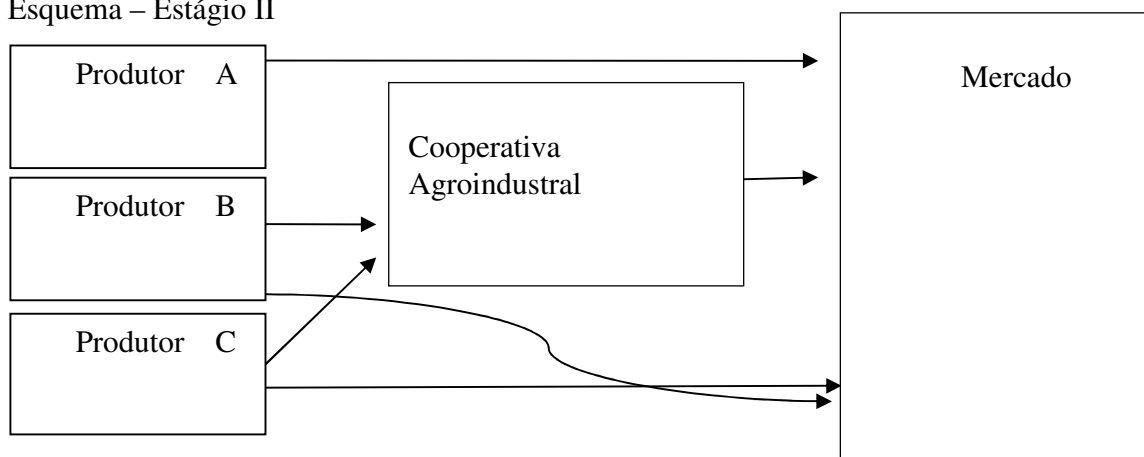
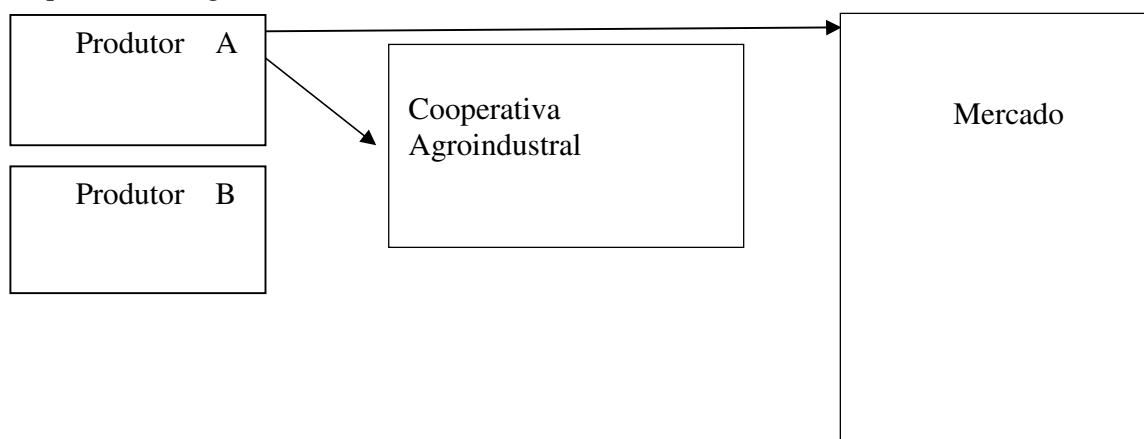


Figura 6 – E2

Este segundo esquema é intermediário entre o esquema I e III. Aqui os associados da cooperativa vendem uma parte da sua produção para a cooperativa e outra parte diretamente para o mercado, variando a quantidade dispensada conforme o preço, mas procurando dar prioridade à cooperativa. Uma minoria de associados, notadamente os pequenos, vendem toda a produção diretamente para o mercado. As quantidades de produtos colocados na cooperativa são menores do que no primeiro esquema, pois uma parcela da produção é diretamente vendida para o mercado. O estoque de capital social é alto, mas o seu uso como fator de desenvolvimento sustentável da cooperativa é parcial. A qualidade do produto pode variar, com uma tendência de vender os produtos de melhor qualidade diretamente para o mercado. Muitas a estratégia utilizada é a intercalação da qualidade dos produtos entregues à cooperativa e ao mercado.

Esquema – Estágio III



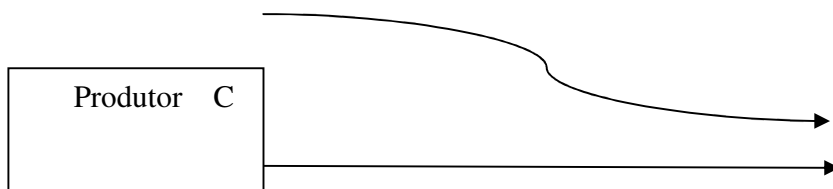


Figura 7 – E3

Esse esquema é o mais freqüente em cooperativas decadentes. O estoque de capital social é médio, porém não é utilizado de forma a dar maior dinâmica aos negócios da cooperativa. Os componentes do capital social não são estimulados ou cultivados, como a confiança, a reciprocidade de favores, normas e regras, ações cívicas, como a reivindicação de direitos não são postas em prática. Percebe-se que uma coisa é o estoque de capital social e outra é a efetivação ou o uso desse capital social em favor de interesses coletivos. Similarmente ao capital físico, que se pode ter em estoque e não utilizá-lo, que o desvaloriza. Nesse esquema, a maioria dos associados vende os seus produtos diretamente para o mercado; uma minoria coloca a produção na cooperativa. Isso dificulta a sustentabilidade econômica e social da mesma. Os produtos colocados na cooperativa são de baixa ou média qualidade. Para Nicédio (*op. cit.*), nesse esquema, segundo sua experiência prática, 80% da produção vai para o mercado e o restante, 20%, para a cooperativa.

COOPEMOVA

De acordo com os esquemas apresentados anteriormente, a COOPEMOVA enquadra-se no estágio II quando se analisa o leite como produto comercializado. Quando se consideram os demais produtos como castanha de caju e milho, a cooperativa encontra-se numa fase de transição do esquema I para o II. Com longos anos de existência é possível que a cooperativa tenha passado pelos estágios mais elevados, II e III.

Estratégias:

- Desenvolveu-se uma consciência de que a informação é poder. Por esse motivo, tem sua gestão administrativa e financeira baseada na comunicação, através de relatórios, reuniões, assembléias, busca de contato freqüente com o sistema OCB-SESCOOP/CE.

- A presidência do conselho administrativo da cooperativa, ao longo dos 52 anos de existência, tem sido ocupada por pessoas com grau de escolaridade superior e de forte liderança local e estadual. (*vide* lista dos presidentes no Anexo 3).
- Há uma preocupação em manter o estoque de capital social elevado. Isso ocorre através do esforço de transparência dos atos administrativos e de alocação de recursos financeiros, celebrações tradicionais (aniversários da cooperativa, Natal), embora ainda se observe que a participação dos cooperados poderia ser maior e contribuir para o desenvolvimento da cooperativa.
- Adotaram-se normas e regras para as operações comerciais e sociais, o que de certa forma, dá uma credibilidade e orientação aos cooperados quanto aos seus direitos e deveres.
- Busca de novos produtos locais. A cooperativa a partir de outubro de 2007, passou a trabalhar com a castanha de caju. Esta será vendida para a indústria Iracema de beneficiamento de castanha, localizada em Fortaleza.
- Há uma preocupação com a qualidade dos produtos oferecidos aos clientes. Exemplo: O leite vendido passa por testes para detectar se o nível de gordura está dentro dos padrões normais, se existe água misturada ao leite e, por último, verificar se o leite está azedo. (Veja equipamentos utilizados para a realização dos testes, centrífuga, lactodécimetro e acedímetro na figura 8).



Figura 8 – Instrumentos para elaboração de testes de qualidade do leite.
Fotógrafo: José César P. Moreira, dez/2007.

- Há uma cultura de que os associados devem ser bem atendidos, embora não percebida formalmente uma política de desenvolvimento de atendimento ao associado como ouvidoria, treinamento em atendimento e de relações humanas. A Figura 9 mostra o atendimento de um associado, na sede da COOPEMOVA.



Figura 9 – Atendimento ao associado.
Fotógrafo: José César P. Moreira, dez/2007.

- O conselho fiscal da cooperativa tem, segundo observado, um trabalho sistemático, isto é, há reuniões para prestação de contas e colocação de sugestões.

COCEDRO

A COCEDRO já foi a segunda maior cooperativa agrícola do Ceará. Possivelmente tenha experimentado os estágios I e II. No atual momento, encontra-se mais enquadrada no estágio III. Onde há um estoque de capital social, mas não está sendo utilizado por déficit no capital físico, mais notadamente de capital de giro e para investimentos em bens de capital que possam modernizar o seu parque industrial e fazê-lo funcionar. Os associados da COCEDRO, parecem em geral, se manifestar de maneira mais efetiva quando há perspectiva de alguma vantagem individual oriunda de fora do esforço coletivo, isto é, percebe-se uma espera por algum evento exógeno que venha colaborar com o desenvolvimento da cooperativa. Há relatos de quando a cooperativa ativa, os associados requeriam os serviços dos tratores para trabalhar em suas terras. A cooperativa concedia crédito para o combustível. Após a colheita, a produção era vendida diretamente ao mercado. Alguns produtores associados nem sequer pagavam o

combustível, o que gerava déficits orçamentários. Por outro lado alguns produtores vendiam o algodão mais barato do que para a cooperativa, no mercado.

Financeiramente, a cooperativa se encontra em uma situação complicada devido ao seu patrimônio estar hipotecado, não permitindo, assim, mobilidade creditícia junto aos agentes econômicos do mercado, como bancos e empresas. Durante o período de realização deste trabalho, houve uma reunião na cooperativa para explanação do programa do biocombustível³⁰. Estavam presentes representantes do governo do Estado-SDA, da EMATERCE, MST, da OCB-SESCOOP/CE, FETRAECE e da PETROBRÁS. Foi proposto o cultivo da mamona e/ou do girassol como forma de geração de renda aos produtores rurais associados. Em torno de 50 dos 120 associados compareceram. Segundo os associados, a mamona se torna dispendiosa e apresenta dificuldade no seu cultivo devido a sua toxicidade. Ao comerem a mamona os animais morrem. Seu cultivo seria em sequeiro e isso representa custo elevado para os produtores rurais. Além disso, o preço de R\$0,75/kg é inferior ao que os produtores percebem como viável para a produção que é, no mínimo, na faixa de R\$ 1,10 a R\$ 1,20/kg. No que diz respeito à produção de girassol, mostraram-se mais dispostos, pois, além de vender o óleo à PETROBRÁS, a cooperativa poderia processar o resíduo do girassol e a torta para venda no mercado. O girassol requer uma tonelada de calcário monolítico para adubar a terra e fazê-la propícia à produção. Isso representa um custo de R\$ 100,00 por há. A metade deste custo seria coberto pelo governo do Estado e o restante pago pelo produtor após a colheita, segundo estimativa do técnico da EMATERCE, José André de Sousa (informação verbal). De acordo com os representantes das instituições acima citadas, o parque industrial da COCEDRO pode ser adaptado para o beneficiamento da semente da mamona e do girassol. Apontam o algodão como o produto mais viável para a economia local, pois tem mercado para escoamento da produção e manejo eficiente para reduzir as perdas com as doenças e pragas, como o bicudo.

Um dos gargalos da economia rural, especificamente a produção agropecuária, é a comercialização. A COCEDRO, além de conseguir capital para revitalização das atividades produtivas e industriais, teria de estruturar a logística de distribuição e buscar novos mercados consumidores. Para Socorro Holanda, presidente da COCEDRO e diretora da COCENTRAL

³⁰ O preço do kg da mamona seria de R\$ 0,75, onde a PETROBRÁS entraria com R\$ 0,25 e o governo do Estado com R\$ 0,50. O governo pagaria R\$ 150,00 por ha de terra destinada a produção de mamona – num limite de até três hectares. A PETROBRÁS compra o caroço ou o óleo da mamona, sendo que o óleo tem o preço maior e é preferível pela empresa. Os produtores rurais associados teriam de ser “prorafianos”, adeptos do PRONAF-Programa Nacional da Agricultura Familiar.

em Fortaleza, as atividades que envolvem a produção de milho e de óleo do caroço de algodão, têm uma demanda de mercado elevada e já existe intenção de firmar parceria comercial, caso houvesse o produto. A perspectiva da COCEDRO é conseguir recursos e trabalhar fortemente com esses dois produtos. Assim, a sustentabilidade da cooperativa pode ser concretizada. Outra ação esperada é a construção da rodovia Pe.Cícero, que ligará Cedro e Fortaleza, com uma redução da distância rodoviária de, aproximadamente, 100 km o que reduzirá custos e melhorará a acessibilidade à Fortaleza, ajudando, assim, numa possível reação da COCEDRO.

Estratégias:

- Tem-se procurado individualizar as dívidas dos associados com algumas vitórias, uma vez que a dívida total dos associados está no nome da COCEDRO, para que a cooperativa tenha os seus bens livres da hipoteca e possa conseguir recursos financeiros junto às instituições bancárias com o objetivo de reestabelecer as suas atividades produtivas e comerciais.
- Apesar de estacionadas suas atividades produtivas e comerciais, a presidente e diretoria da COCEDRO conservam a mesma “aberta” com o objetivo de manter o estoque de capital social existente.
- A COCEDRO possui credibilidade forte junto à sociedade. Isso se dá porque ela teve, durante longos anos, uma posição de mantenedora e geradora de recursos para o município, através de impostos, salários dos funcionários e renda para os comerciantes da cidade .
- Até meados de 2007 mantinha a venda de torta de algodão associados por um preço mais baixo do que no mercado local. Os associados tinham trinta dias para pagar. Isso era possível devido à parceria que têm com a Fábrica de Ração de Cedro. Esta arrendou as máquinas e o galpão para esmagamento e beneficiamento do caroço de algodão. O óleo extraído é vendido para a COCENTRAL³¹, localizada em Fortaleza.
- A hora do trator para aragem tem menor custo na cooperativa do que fora. Essa é uma das formas de manter os associados ativos.
- Está em negociação com a Fábrica de Ração do Cedro a estratégia da cooperativa ser a responsável pelas vendas de ração no território municipal.

³¹ A COCENTRAL – cooperativa central reúne e estabelece parcerias comerciais e de produção com as cooperativas singulares, como a COCEDRO e a COPEMOVA.

CAPÍTULO V

5. CONCLUSÕES E SUGESTÕES

Com base nos resultados encontrados, conclui-se que o capital social é um dos fatores relevantes para a manutenção e o desenvolvimento sustentável das cooperativas agroindústrias: COOPEMOVA e COCEDRO. Ambas possuem mais de 45 anos de existência, atualmente com estoque de capital social médio, segundo intervalo estabelecido no cálculo do índice de capital social - ICS. Percebendo-se que a COOPEMOVA que possui maior índice de capital social é também a que apresenta maior sustentabilidade econômica e social.

A segunda conclusão é que a cooperativa que tem maior ICS apresentou também melhor desempenho no que diz respeito aos dois indicadores: de qualidade de vida e de satisfação dos cooperados. Isso pode significar que a sustentabilidade econômica e social da COOPEMOVA contribui para a satisfação e a qualidade de vida dos cooperados.

A gestão de informação e ação coletiva foram variáveis prioritárias para explicar a superioridade da COOPEMOVA com relação a COCEDRO.

A terceira conclusão é que, embora a COCEDRO possua estoque de capital social, não utiliza efetivamente esse recurso, provavelmente devido à falta de capital físico (dinheiro, estoque de produtos, máquinas e equipamentos modernos). O que pode ser explicado pelo fato do capital social não ser a solução para todos os males, apesar de sua presença ser essencial e produtiva quando combinada com os recursos financeiros e com o capital intelectual dos associados da cooperativa.

Quarta conclusão é, notadamente, a diferença de comportamento e compromisso entre as duas cooperativas, enquanto na COOPEMOVA se percebeu um envolvimento ativo de seus associados nas atividades administrativas e deliberativas (reuniões), na COCEDRO, a liderança e força da cooperativa parecem depender unicamente da diretoria e, mais acentuadamente, da presidente.

Quinta conclusão é quanto à administração das cooperativas. A COOPEMOVA planeja, coordena e controla os atos administrativos, financeiros e comerciais de forma bem mais eficiente que a COCEDRO. Esta se encontra com organização administrativa precária, em termos comerciais e financeiros, não se percebendo atividades sistemáticas de planejamento, controle e coordenação. Possivelmente, isso revele uma das causas da estagnação dos negócios. Na COOPEMOVA, normas e regras são estabelecidas claramente e são seguidas. Na COCEDRO percebeu-se que há maior flexibilidade no que diz respeito ao compromisso com normas e regras.

Sexta conclusão. Em ambas as cooperativas não há intervenção do poder público local. Há um clima de imparcialidade política nas duas cooperativas.

Outra conclusão é que os períodos críticos vivenciados pelas cooperativas agroindustriais no Ceará se deram por inexistência de uma visão estratégica de longo prazo, concentrando todos os recursos numa só atividade, o que, em qualquer tipo de negócio, representa um elevado risco econômico.

A última conclusão. Os municípios onde há presença de cooperativa, o IDH-M, índice de desenvolvimento humano municipal, tende a ser maior.

Visto o grande potencial das duas cooperativas, elas têm uma marca forte no mercado e possuem parque industrial grande que pode transformar a economia dos municípios. Sugere-se que as cooperativas procurem se articular junto aos bancos, universidades, governo do Estado e prefeitura municipal para que estes apóiem e facilitem as operações de crédito, comerciais e de incremento de novas tecnologias às cooperativas, de forma a beneficiar os associados e a população dos municípios. Outra sugestão às cooperativas agroindustriais é a realização de um trabalho de longo prazo de sensibilização sobre a importância do cooperativismo baseado nos princípios deste sistema, enfatizando os valores morais, éticos e princípios de uma filosofia humanística e solidária, com a finalidade de sustentar o desenvolvimento das cooperativas.

6 BIBLIOGRAFIA

6.1 Referências Bibliográficas

ABRAMOVAY, R. A formação do capital social para o desenvolvimento sustentável. In: **FÓRUM CONTAG DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, 2, São Luiz, 1998.

ABU-EL-HAJ, J. A. **Mobilização do capital social no Brasil**: o caso da Reforma sanitária no Ceará. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**. Rio de Janeiro, nº47, 1º semestre de 1999, p.65-79.

AMARAL FILHO, J. Participação regional endógeno em um ambiente federalista. In: **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, n. 14, dez/1996.

BNDES. **Arranjos produtivos locais e desenvolvimento** – versão preliminar. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/seminário/apl.pdf> Acesso em: 02.fev.08.

BOISIER, S. ? Y si el desarrollo fuese una emergencia sistêmica ?. **Revista del CLAD Reforma y Democracia**. Caracas, N.27. Oct.,. 2003.

BOURDIEU, P. “Le capital social: notes provisoires”. In: **Actes de la recherché en sciences sociaux**, vol.31, pp. 2-3, 1980.

COLEMAN, J. Social capital in the creation of human capital. [s.l.], **American Journal of Sociology**. v.94, p. 95-120, 1988, (supplement).

DURSTON, J. Construyendo capital social comunitário. Santiago de Chile: CEPAL, **Revista de la CEPAL**, n. 69, p. 104-118, 1999.

_____. Qué es el capital social comunitario?. Santiago de Chile: CEPAL, 2000, p.42. (**Séries Políticas Sociales**)

FREITAS, M. L. **Cooperativismo e globalização**. Disponível em: <www.paginarural.com.br/artigos_detalhes.asp?> Acesso em: 10.ago.07.

FUKUYAMA, A. F. **Social capital and civil society**. In: IMF - Conference on second generation of reforms, 1999. (Mimeografado)

FRANCO, A. de. **Capital social**. Instituto de Política. Brasília: Millenium. 2001.

GÁRCIA, L. Las Organizaciones de productores agrícolas em el marco del proceso de globalización económica. **FERMENTUM Mérida** – Venezuela – ano 10, nº29 – Septiembre-diciembre/2000.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª. ed. São Paulo: Atlas. 2002.

GOLDENBERG, G.M. **A arte de pesquisa**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

JARA, C. J. **Capital social e desenvolvimento local sustentável**. Equador: II CA, 1999.

KHAN, A.S., SILVA, L. Capital social das comunidades beneficiadas pelo programa de combate à pobreza rural – PCRR/Projeto São José – PSJ – Estado do Ceará. Rio de Janeiro: **Revista de Economia e Sociologia Rural**, p.43, 2005.

LOCKE, R. M. Construindo confiança. **Revista Econômica**, v.3, p.253-281,2001.

MAYORGA, F. D. O. **Capital social, capital físico e a vulnerabilidade do homem do campo: um estudo de caso no município de Tauá, Ceará**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

MACIEL, M. L. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Revista Econômica**, Niterói, v.3,n.2, p.283-288, set/2003.

MONASTERIO, L.M. Capital social e grupos de interesse. Uma reflexão no âmbito da economia regional.1999. In: **ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA – ANPEC**, 27, Belém. Disponível em : <www.capitalsocial.cjb.net>. Acesso em dez/2006.

_____. Capital Social e Crescimento Econômico: mecanismos. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza vol.31, 2000,pp.866-880, Número especial. Disponível em: <www.leonardomonasterio.hpg.ig.com.br/index.htm>. Acesso em: 20.dez.07.

MONEZI, M. A. **Espírito cooperativista requisito essencial do cooperativismo**. 2005. Disponível em: <www.advogado.adv.br.2005/mariaangelamonezi/espírito>. Acesso em: 01.08.07

MUNIZ, J. A.; ABREU, A. R. **Técnicas de amostragem**. Editora:UFLA/FAEPE,MG. 1999.

BIALOSKORSKI NETO, S. Agronegócio cooperativo. In: BATALHA, M. O. **Gestão agroindustrial**. ed.2. São Paulo: Atlas, 2001.

NORTH, D.C. **Institutions, institutional change, and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990.

OSTROM, E. Constituting Social Capital and Collective Action. **Journal of Theoretical Politics**,n.6, 1994, p.527-562.

PUTMAN, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV. 1996.

RANGEL, A. **As 100 mais belas parábolas de todos os tempos: parábolas do Oriente e do Ocidente, antigas e atuais, criativas e inspiradoras**. Uberlândia, MG: o Autor, 2001.

RATTNER, H. **Prioridade: construir o capital social**. Revista Espaço Acadêmico – Ano II – n.21 – fevereiro – Mensal – disponível em: <www.espacoacademico.com.br/021/21rattner.htm>. Acesso em: 02.06.07.

SEN, A. K. **Sobre ética e economia**. Tradução: Laura Teixeira Motta; revisão técnica Ricardo Dorninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Editora Schwarcz Ltda, 1999.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Os Economistas).

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. ed.19.São Paulo:Cortez, 1993.

TABOSA, F.J.S.;. **Capital social e Qualidade de vida da População Cearense: o caso de Itarema**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal do Ceará, 2005.

WOOLCOK, M. **Using Social Capital: Getting Social Relations Right in The Theory and Practice of Economic Development**. Princeton, Princeton University Press., 2000,pp. 151-208.

_____ ; NARAYAN, D. **Capital social:** Implicaciones para la teoría, la investigación y las políticas sobre desarrollo. Disponível em:
<http://poverty2.forumone.com/files/13030_implicaciones.pdf> Acesso em: 03.fev.2008.

6.2 Bibliografia Complementar

ABRAMOVAY, R. **Capital Social dos Territórios:** repensando o desenvolvimento rural. Economia aplicada, [s.l.], v.4, n.2, p. 379-397 abr./jun. 2000.

_____. **Laços financeiros na luta contra a pobreza.** Ricardo Abramovay, organizador. São Paulo: Annablume; Fapesp;ADS-CUT;Sebrae, 2004.

ALBAGLI, S. & MACIEL, M.L. Capital Social e Desenvolvimento Local. In: LASTRES, H.M.N. et al. **Pequena Empresa: Cooperação e desenvolvimento Local.** Relume Dumará, Rio de Janeiro, 2003.

AMORIM, M. A. & MOREIRA, M.V.C., Ipirangá, A.S.R. **A construção de uma metodologia de atuação nos arranjos produtivos locais – APL'S no Estado do Ceará:** um enfoque na formação e fortalecimento do capital social e governança. 2004. Disponível em:<www.ucdb.br/coloquio/arquivos/monica.pdf> Acesso em: 10.out.2007.

AMORIM, M.A. Clusters como estratégia de desenvolvimento industrial no Ceará. Fortaleza: Banco do Nordeste. Amaral Filho, J. do. (2001). Capital Social e desenvolvimento local no Ceará. **Jornal O Povo**, Fortaleza, 26 nov., p.09. 1998.

_____. A endogenização no desenvolvimento econômico regional. ENCONTRO REGIONAL DA ANPEC, 27,Belém-Pará, **Anais...dezembro**, pp. 1281-1300,1999.

_____.Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas, Brasília, IPEA, n.14, 1996.

_____. Desenvolvimento regional endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Economia Nordeste.** Fortaleza, v.26,n.3, p.303-324, jul./set., 1995.

ARRAES, R., TELES, V.K. Fatores Institucionais e Crescimento Econômico: Cenários para o Brasil e Países Selecionados. Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 28 ,[cd rom], Campinas, **Anais...** p.22.BANDEIRA, P.S. (1999). Participação de atores sociais e desenvolvimento regional. Brasília, IPEA, 2000.

BOISIER, S. **Sociedad civil, participación, conocimiento y gestión territorial**. Santiago do Chile. ILPES. 1997.

_____. El difícil arte de hacer region. Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco, CBC, 1992.

BOISIER, S. Política econômica, organização social e desenvolvimento regional. In: HADDAT, P. et al.. **Economia Regional: teorias e métodos de análise**. Fortaleza: ETENE/BNB, 1998.

BOURDIEU, P. **Science de la science et réflexivité**. Paris, Raisons d'Agir, 2001, p.237.

_____. **Escritos de educação**. Org. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. Petrópolis. Editora Vozes, 1999.

_____. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1990.

CARVALHO, E. B. S. Estímulo à estratégia cooperativa como condição para o desenvolvimento local. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, n, 3, p.384-395, jul-set., 2000.

FELIPPE, D. F. **A defesa da boa causa**. Disponível em:
<www.paginarural.com.br/artigos.detalhes.asp?subcategoriaid.=134&id=842> Acesso em: 10.out.07.

FUKUYAMA, A. F. **Confianza. Lãs virtudes sociales y la capacidad de generar prosperidad**. Editorial Atlântica, Buenos Aires, Argentina, 1985.

FOUTAIN, J. E. & ATKINSON, R. D. **Innovation, social capital, and the new economy**. Washington, Progressive Policy Institute, 1998.

FOX, J. De La teoria a la pratica del capital social: el Banco Mundial em el campo mexicano. **Congresso Internacional de La Asociación de Estudios Latinoamericanos**, 23, LASA 2001. Washington: D.C., Sept 6-8, 2001.

GIL, A. Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. São Paulo: SP. Atlas, 2000, p.217.

GODARD, O. et al. Desarrollo endógeno y diferenciación de espacios de desarrollo: un esquema de análisis para el desarrollo local. In: Estudios Territoriales, Madrid, nº 24, 1987.

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Disponível em:
<www.ipece.ce.gov.br>. Acesso em 10.abr.07.

JANSEN, M. G. **Mais Instrumentos para a Empresa Cooperativa**. Disponível em:
<www.agronline.com.br/artigos/artigo.php> Acesso em: 01.07.07.

KLIKSBERG, B. Capital social y cultura. Claves esenciales del desarrollo. Coordinada del instituto interamericano para el desarrollo social (INDES/BID). **Revista de La Cepal**, 1999.

MONASTERIO, L.M. Capital social e crescimento econômico: mecanismos. In: **ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA BNB/ANPEC**, 6. Fortaleza, julho, 2000.

MACIEL, M.L. **O Milagre Italiano: caos, crise e criatividade**. Rio de Janeiro/Brasília: Relume Dumará/Paralelo 15, 2002.

_____. Confiança, capital social e desenvolvimento. **Revista Econômica**, v.3, nº2, p.283-288,2001.

ROSA, D. D. **As Cooperativas de Trabalho no Direito Brasileiro**.07/fev/03. Disponível em: <www.direitonet.com.br/artigos/x/98/00/980/>. Acesso em: 11.mar.03.

SERRA, M.; MARINHO, P.L.Crescimento e Desenvolvimento Regional Endógeno: uma análise da região cacaueira baiana, 1960-1980. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.IX, p.28-40, 2007.

TEIXEIRA, KEULER H.Capital Social e Arranjo Produtivo Local: um estudo do caso Pingo D'água. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal do Ceará, 2004.

_____. A importância do capital social para o desenvolvimento econômico: uma leitura sobre o pacto de cooperação do Ceará. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) Faculdade de Economia, Atuariais, Administração e Contabilidade ,Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2001.

VÁSQUEZ B., A. **Desarrollo local. Una estrategia de creación de empleo**. Madrid, Ed. Pirámide, 1988.

_____.Desarrollos reciente de la política regional. La experiencia europea. In: **Revista EURE**. Santiago do Chile, vol. XXII, nº65, jun. 1996.

WOOLCOCK, M.. "Social Capital and Economic Development: Toward a theoretical Synthesis and Policy Framework". In *Theory and Society*, 27(2), pp.151-208,1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário para Medir o Capital Social

APÊNDICE B – Questionário de Qualidade de Vida e Satisfação do Cooperado

APÊNDICE A

Questionário para Medir o Capital Social – QMCS³²

Nome: _____

Local: _____

Data: _____ Escolaridade: _____ Reside na : () zona urbana () zona rural

Tempo de associação na cooperativa: _____ Renda média: _____

Após a associação junto à cooperativa a renda melhorou? () sim () não

COOPERATIVA : _____

1. GRUPOS E REDES

1.1 Você participa de outro grupo social (além da cooperativa) ?

- | | | |
|---------|---------------------------------|---|
| () sim | Líder..... | 4 |
| | Muito ativo..... | 3 |
| | Relativamente ativo..... | 2 |
| | Não participa das decisões..... | 1 |
| () não | | 0 |

1.2 De que forma uma pessoa passa a ser um membro da cooperativa?

1. Sua participação é solicitada

2. É convidada

3. Por escolha voluntária

4. Outros (especifique) _____

1.3 Qual é o maior benefício de se fazer parte da cooperativa?

5. Melhora a renda mensal do meu domicílio

4. Melhora o acesso a serviços de assessoria e tecnologia para aumentar a minha produção agrícola.

3. Melhorou o preço dos meus produtos.

2. Beneficia o município.

1. É importante em situações de emergências

³² Fonte: Questionário Integrado para Medir Capital Social – QI_MCS do Banco Mundial (2003), equipe: Christiann Grootaert, Deepa Narayan, Veronica Nyhan Jones e Michael Woolcock. Foram realizadas modificações e adaptações para ser aplicado junto às cooperativas.

1.4 A cooperativa ajuda o seu domicilio a ter acesso a algum dos seguintes serviços?

Educação ou treinamento	
Serviços de saúde	
Crédito ou poupança	
Insumos agrícolas ou tecnologia	
Irrigação	
Abastecimento de água	
Cisternas	
Bolsa família	
Outros Especifique: _____	

1. Não 2. Sim

1.5 Pensando nos membros da cooperativa, a maioria deles é do(a) mesmo(a) :

Bairro ou localidade	
Família ou grupo de parentesco	
Religião	
Sexo	
Idade	
Nível de renda	

1. Não 2. Sim

1.6 Os membros da cooperativa têm, em sua maioria, a mesma :

Ocupação	
Grau de escolaridade	

1. Não 2. Sim

1.7 Os membros do cooperativa têm, em sua maioria, o mesmo ponto de vista político ou pertencem ao mesmo partido político ?

1. Não 2. Sim

1.8 Alguns membros da cooperativa são mais ricos do que os outros, ou todos têm mais ou menos o mesmo nível de renda?

2. Mistura ricos e pobres 1. Mais ou menos o mesmo nível de renda

1.9 Nos últimos cinco anos, o tamanho da cooperativa diminuiu, permaneceu o mesmo ou aumentou?

1. Diminuiu

2. Permaneceu o mesmo

3. Aumentou

1.10 Quando há uma decisão a ser tomada na cooperativa, como isso geralmente acontece?

1.() A decisão é imposta de fora.

2.() O presidente ou diretor da cooperativa decide e informa para os demais membros.

3.() É realizada através de voto de cada membro a favor ou não. Os membros da cooperativa discutem o assunto e decidem em conjunto (via voto).

4.() É realizada através de membros do conselho da cooperativa.

5.() Outro (especifique): _____

1.11 Como são escolhidos os líderes (presidente, diretores, fiscais, conselheiros) na cooperativa?

1.() Por uma pessoa ou entidade de fora

2.() Cada líder escolhe o seu sucessor.

3.() Por decisão de alguns membros.

4.() Por decisão de voto de todos os membros.

1.12 De modo geral, você diria que a liderança do grupo é:

3.() Muito efetiva.

2.() Relativamente efetiva.

1.() Não é efetiva.

1.13 Qual é a fonte de financiamento mais importante dessa cooperativa?

3.() Auto-financiamento

2.() Os próprios membros financiam

1.() Fontes fora da cooperativa.

1.14 As pessoas mais importantes que aconselham ou orientam a cooperativa :

1.() Fazem parte da própria cooperativa

2.() São de fora da cooperativa mas pertencem ao município.

3.() São de fora da cooperativa e não pertencem ao município.

1.15 Quem originalmente fundou a cooperativa?

1.() O governo federal

2.() O governo estadual

3.() O governo municipal

- 4. () Um líder local
- 5. () Membros da comunidade local

2. REDE INDIVIDUAL

2.16 Quantos amigos próximos a você diria que tem hoje? Essas pessoas são aquelas com quem se sente à vontade para conversar e pedir ajuda.

- 1. () Ninguém
- 2. () Uma ou duas pessoas
- 3. () Três ou quatro pessoas
- 4. () Cinco ou mais pessoas

2.17 Se de repente você precisasse de uma pequena quantia em dinheiro (o suficiente para pagar as despesas do seu domicílio durante uma semana), quantas pessoas de fora do seu domicílio, estariam dispostas a lhe fornecer este dinheiro, se você lhes pedisse?

- 1. () Ninguém
- 2. () Uma ou duas pessoas
- 3. () Três ou quatro pessoas
- 4. () Cinco ou mais pessoas

1.18 Se de repente você se deparasse com uma situação de emergência mais grave, como a perda da colheita, quantas pessoas de dentro da cooperativa estariam dispostas a lhe ajudar?

- 1. () Ninguém
- 2. () Uma ou duas pessoas
- 3. () Três ou quatro pessoas
- 4. () Cinco ou mais pessoas

1.28 Nos últimos 12 meses, quantas pessoas com um problema pessoal lhe pediram ajuda?

- 1. () Ninguém
- 2. () Uma ou duas pessoas
- 3. () Três ou quatro pessoas
- 4. () Cinco ou mais pessoas

3. CONFIANÇA e SOLIDARIEDADE

Em toda cooperativa, algumas pessoas se dão bem e confiam umas nas outras, enquanto outras pessoas não. Agora, eu gostaria de saber a respeito da confiança e da solidariedade na cooperativa.

3.1 Falando em geral, você diria que se pode confiar na maioria das pessoas, ou que nunca é demais ter cuidado nas suas relações com outras pessoas?

2. () Pode-se confiar na maioria das pessoas

1. () Nunca é demais ter cuidado

3.2 Em geral, você concorda ou discorda das seguintes afirmações ?

Letras A e C	Letras B e D
5. Concordo totalmente	Concordo totalmente
4. Concordo em parte	Concordo em parte
3. Não concordo nem discordo	Não concordo nem discordo
2. Discordo em parte	Discordo em parte
1. Discordo totalmente	Discordo totalmente
Pode-se confiar na maioria das pessoas da cooperativa	
Na cooperativa, é preciso estar atento ou alguém pode tirar vantagem de você	
A maioria das pessoas da cooperativa está disposta a ajudar caso você precise	
Na cooperativa, as pessoas geralmente não confiam umas nas outras quanto a emprestar e tomar dinheiro emprestado	

3.3 Agora eu quero perguntar a você o quanto você confia em diferentes tipos de pessoas. Numa escala de 1 a 5, quanto você confia nas pessoas em cada categoria?

	Confio muito pouco Confio pouco Nem pouco, nem muito Confio muito Confio totalmente
Pessoas da cooperativa	
Estranhos	
Membros da igreja	
Membros do sindicato	
Comerciantes do município	
Membros do governo local	
Membros do governo estadual	
Lideranças da comunidade	

3.4 Você acha que nos últimos anos, o grau de confiança na cooperativa piorou ou permaneceu o mesmo?

1. () Piorou
2. () Permaneceu mais ou menos o mesmo
3. () Melhorou

3.5 Se um projeto da comunidade local, a qual você pertence, não o beneficia diretamente, mas tem benefícios para muitas outras pessoas dessa comunidade, você contribuiria com seu tempo ou dinheiro para o projeto?

5. () Contribuiria com tempo e dinheiro
4. () Contribuiria com tempo
3. () Contribuiria com dinheiro
2. () Não contribuiria com tempo
1. () Não contribuiria com dinheiro
0. () Não contribuiria com tempo nem dinheiro

4. AÇÃO COLETIVA e COOPERAÇÃO

4.1 Qual é a probabilidade de uma pessoa que não participe em atividades da cooperativa seja criticada ou punida pela liderança da cooperativa?

4. () Muito provável
3. () Relativamente provável
2. () Nem provável nem improvável
1. () Muito improvável

4.2 Quando tem um problema na cooperativa, qual a probabilidade das pessoas cooperarem para tentar resolver o problema?

4. () Muito provável
3. () Relativamente provável
2. () Nem provável nem improvável
1. () Muito improvável

4.3 A resolução dos problemas ou surgimento de oportunidades de negócios na cooperativa se dá devido :

5. () A participação de todos os cooperados
4. () A participação da maioria dos cooperados
3. () A participação de uma minoria dos cooperados
2. () A participação dos diretores
1. () A participação do presidente

5. INFORMAÇÃO e COMUNICAÇÃO

5.1 Com que frequência você assiste televisão?

- 5.() Todos os dias
- 4.() Algumas vezes por semana
- 3.() Uma vez por semana
- 2.() Menos de uma vez por semana
- 1.() Nunca

5.2 Você lê ou alguém lê para você jornal, revistas e livros – com que frequência?

- 5.() Todos os dias
- 4.() Algumas vezes por semana
- 3.() Uma vez por semana
- 2.() Menos de uma vez por semana
- 1.() Nunca

5.3 Você é informado dos planejamentos e atividades da cooperativa?

- 5.() Todas as vezes
- 4.() A maioria das vezes
- 3.() Nem sempre
- 2.() Não sou informado
- 1.() Vou atrás de saber sobre as reuniões e acontecimentos na cooperativa

5.4 Que meio se utiliza para informar os acontecimentos na cooperativa?

- 1.() Jornal
- 2.() Rádio
- 3.() Escrito – informe
- 4.() Oralmente
- 5.() Rádio e oralmente

5.5 Quais são as três fontes de informação mais importantes sobre o mercado (tais como preços de produtos, safra e tecnologia) ?

- 1. Parentes, amigos e vizinhos
- 2. Boletins da comunidade
- 3. Mercado local
- 4. Jornal local
- 5. Jornal nacional
- 6. Rádio
- 7. Televisão
- 8. Grupos ou associações
- 9. Cooperativa
- 10. Colegas da atividade agrícola
- 11. Líderes do município
- 12. Um agente do governo
- 13. ONGs
- 14. Internet

6. COESÃO E INCLUSÃO SOCIAL

6.1 Como você descreveria o grau de união e proximidade entre os membros da cooperativa?

- 5.() Muito unidos
- 4.() Unidos
- 3.() Nem unidos, nem desunidos
- 2.() Um pouco desunidos
- 1.() Não há união entre os membros da cooperativa

6.2 Muitas vezes há diferenças nas características entre as pessoas que trabalham na mesma cooperativa ou empresa. Por exemplo, diferenças de riqueza, posição social, origem étnica e raça. Também pode haver diferenças em relação às crenças religiosas e políticas, ou pode haver diferenças devido à idade ou o sexo. Até que ponto você diria que as pessoas são diferentes na sua cooperativa?

- 1.() Extremamente diferentes
- 2.() Muito diferentes
- 3.() Relativamente diferentes
- 4.() Pouco diferentes
- 5.() Muito pouco diferentes

6.3 Algumas dessas diferenças causam problemas ?

- 1.() Sim
- 2.() Não

6.4 Há grupos de pessoas, membros da cooperativa, que não conseguem ter acesso aos serviços oferecidos pela cooperativa ?

- 1.() Sim
- 2.() Não

6.5 Você vai a sede administrativa da cooperativa para conversar ou almoçar ?

- 5.() Todos os dias
- 4.() Algumas vezes por semana
- 3.() Uma vez por semana
- 2.() Menos de uma vez por semana
- 1.() Nunca

6.6 As pessoas que fazem parte da diretoria visitam a sua casa ?

- 4. () Muito freqüentemente
- 3. () Freqüentemente
- 2. () Pouca freqüência
- 1. () Nenhuma freqüência

7. AUTORIDADE OU CAPACITAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

7.1 Em geral, você se considera uma pessoa...

- 5.() Muito feliz
- 4.() Moderadamente feliz
- 3.() Nem feliz, nem infeliz
- 2.() Moderadamente infeliz
- 1.() Infeliz

7.2 Qual o controle que você sente que tem para tomar as decisões que afetam as suas atividades diárias?

- 1.() Nenhum controle
- 2.() Controle sobre muito poucas decisões
- 3.() Controle sobre algumas decisões
- 4.() Controle sobre a maioria das decisões
- 5.() Controle sobre todas as decisões

7.3 No geral, qual o impacto que você acha que tem para fazer a cooperativa se tornar um empreendimento de sucesso ?

- 3.() Um grande impacto
- 2.() Um pequeno impacto
- 1.() Nenhum impacto

7.4 Nos últimos 12 meses, você fez alguma dessas coisas ?

	Não Sim
Participou de uma reunião de conselho, reunião aberta ou grupo de discussão em seu município	
Encontrou um político, enviou-lhe uma carta, telefonou para ele.	
Participou ou assistiu a alguma reunião político-partidária	
Notificou à prefeitura municipal sobre algum problema local ou do município.	

7.5 Você votou na última eleição ?

1.() Não 2.() Sim

7.6 Você acha importante votar nas eleições (municipal, estadual, nacional) ?

1.() Não 2.() Sim

7.7 Em sua opinião, qual é o grau de honestidade dos membros e funcionários das seguintes instituições ? Por favor, classifique-os segundo uma escala de 1 a 5, em que 1 quer dizer “muito desonesto” e 5 “muito honesto”.

	5. Muito honesto 4. Geralmente desonesto 3. Nem honesto, nem desonesto 2. Geralmente desonesto 1. Muito desonesto 0. Não se aplica (não há essa instituição)
Membros do governo local	
Líderes tradicionais da localidade (Exemplo:padre,juiz,prefeito, diretor de escola)	
Médicos e enfermeiros do hospital	
Professores e funcionários da escola	
Funcionários de bancos	
Polícia	
Juízes, promotores e demais servidores da justiça	
Funcionários da EMATERCE, CENTEC e Secretária de Agricultura	

7.8 Em geral, você percebe alguma melhora, piora ou permanência no requisito honestidade do governo local ?

3.() Melhorou

2.() Permaneceu mais ou menos o mesmo

1.() Piorou

APÊNDICE B

Questionário – Qualidade de Vida e Satisfação do Cooperado

Nome _____ Data _____

Cooperativa: _____

1. Qualidade de Vida

1.1) Quanto ao atendimento e presença de atendimento médico em seu município:

0 - ausência de médico

1 - presença de médico, porém não consegue atendimento

2 - atendimento por agente de saúde

3 - presença de médico e consegue atendimento

1.2) Seus filhos freqüentam a escola:

0 – não

1 – nem todos

2 – todos

1.3) Quanto à sua habitação (casa):

0 – não tem casa própria

1 – mora em casa alugada

2 – mora em casa própria

1.4) A energia usada na sua residência é:

0 – lampião a querosene ou a gás ou lamparina

1 – energia elétrica

1.5) Destino dado aos dejetos humanos:

0 – jogado a céu aberto ou enterrado

1 – dirigida para fossa ou rede de esgoto

1.6) A água de beber de sua residência é oriunda de :

0 – açude ou cacimba

1 – sistema de bombeamento d'água e depois é tratada

1.7) Em sua propriedade e residência você possui:

- 0 – rádio, ferro de engomar e equipamentos e ferramentas agrícolas de pequeno porte
- 1 – máquina de costura, equipamento de som, TV, fogão a gás e demais utensílios do item anterior.
- 2 – geladeira, moto, máquinas e equipamentos agrícolas de médio porte e demais utensílios anteriores
- 3 – automóvel, máquinas agrícolas e demais bens dos itens anteriores.

1.8) Quanto ao seu lazer e de sua família. Que tipos de alternativas você tem e efetivamente usufrui em seus momentos de folga.

- 0 – nenhuma
- 1 – açude e outras atividades no sítio
- 2 – ir à cidade e fazer compras
- 3 – ir à cidade para festas, feiras, cinema e *shopping*

2. Satisfação dos cooperados

Você está satisfeito com o desempenho geral da cooperativa

- 2 – sim
- 1 – em parte estou
- 0 – não

2.2 Você assistiu às assembleias gerais ou reuniões da cooperativa

- 0 – nunca
- 1 – às vezes
- 2 – sempre

2.3 Nas assembleias gerais ou reuniões, você apresenta sugestões

- 0 – nunca
- 1 – às vezes
- 2 – sempre

2.4 As sugestões apresentadas pelos associados são bem aceitas pelos dirigentes da cooperativa

- 0 – não
- 1 – às vezes
- 2 – sim

2.5 As decisões tomadas nas assembléias gerais são efetivamente executadas pela diretoria

- 1 – sim
- 0 – não

2.6. Os investimentos que a cooperativa realiza são submetidos e aprovados nas assembléias gerais:

- 1 – sim
- 0 – não

2.7 A cooperativa realiza a prestação de contas com os associados:

- 1 – sim
- 0 – não

2.8 Há repasse de custeio para os associados

- 0 – não
- 1 – às vezes
- 2 – sim

2.9 Beneficiários dos repasses de custeio, geralmente, são:

- 0 – só os associados conhecidos da diretoria
- 1 – só os associados do município onde se encontra a sua sede social
- 2 – só os associados que se encontram operando com a cooperativa
- 3 – todos os associados do município que não tenham dívidas na cooperativa
- 4 – todos os associados, independente do município em que se encontre, desde que não tenham dívidas com a cooperativa

2.10) Há vantagem econômica e de qualidade em comprar insumos via cooperativa:

- 1 – sim
- 0 – não

2.11) O preço dos produtos vendidos via cooperativa são:

- 0 – maiores do que os dos concorrentes
- 1 – iguais aos dos concorrentes
- 2 – menores do que os dos concorrentes

2.12) O nível de satisfação comercial com as operações da cooperativa:

- 0 – insatisfatório
- 1 – pouco satisfatório
- 2 – satisfatório
- 3 – muito satisfatório

ANEXOS

ANEXO 1

Figura 10 – Mapa territorial do município de Cedro

ANEXO 2

Figura 11 – Mapa territorial do município de Morada Nova

ANEXO 3 - LISTA DOS PRESIDENTES DA COOPEMOVA

José Epifânio Filho – médico, prefeito de Morada Nova duas vezes.

Manoel Castro Filho – advogado, vice-governador do Estado.

Pedro Simeão do Nascimento – médico veterinário.

José Castro de Andrade – produtor, agropecuarista.

Raimundo Nonato Saraiva – dentista.

José Praxedes Filho – dentista.

Carlos Roberto Chagas de Andrade – dentista.

Fonte: COOPEMOVA/2007 (informação verbal).

ANEXO 4 – Fotos sede da COOPEMOVA.2007.



Figura 12 – Sede da COOPEMOVA. Fotógrafo: José César P. Moreira, dez/2007



Figura 13 – Funcionamento da loja COOPEMOVA. Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007



Figura 14 – Trator da COOPEMOVA em serviço. Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007



Figura 15 – Loja COOPEMOVA. Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007.



Figura 16 – Recebimento de produtos.Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007.



Figura 17 – Estoque de produtos.Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007.

ANEXO 5 – Fotos da sede COCEDRO.2007.



Figura 18 – Sede da COCEDRO. Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007.



Figura 19 – Prédio da COCEDRO no centro do município. Fotógrafo: José César P.Moreira, dez/2007.

ANEXO 6 - Lista dos especialistas em cooperativismo consultados.

- Prof. Osmar de Sá Ponte – Coordenador da Incubadora de Cooperativas em Autogestão/Universidade Federal do Ceará.
- João Nicélio Alves Nogueira – pres. SESCOOP/OCB-CE
- Carlos Roberto Chagas de Andrade –pres. da COOPEMOVA
- Socorro Holanda – Diretora da COCENTRAL, pres. da COCEDRO.

ANEXO 7 - Pesos.

Tabela 18 - Pesos dos componentes do ICS

Componentes do ICS	Pesos
1. Grupos e redes	0,1250
2. Redes	0,0750
3. Confiança e solidariedade	0,1625
4. Ação coletiva e cooperação	0,3000
5. Informação e comunicação	0,1125
6. Coesão e inclusão social	0,1125
7. Autoridade ou capacitação e ação política	0,1125

Fonte: Dados da pesquisa.